

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO

2010/2011



TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

“O PROBLEMA DO KOSOVO”

DOCUMENTO DE TRABALHO

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DO EXÉRCITO PORTUGUÊS.

Adalberto José Guerreiro da Silva Centenico
MAJ ENG



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

“O PROBLEMA DO KOSOVO”

**Adalberto José Guerreiro da Silva Centenico
MAJ ENG**

Trabalho de Investigação Individual/Curso de Estado-Maior Conjunto

Lisboa – 2011



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

“O PROBLEMA DO KOSOVO”

Adalberto José Guerreiro da Silva Centenico
MAJ ENG

Trabalho de Investigação Individual/Curso de Estado-Maior Conjunto

Orientador: MAJ CAV Lourenço Azevedo

Lisboa – 2011



*“Jamais alguém viu o Estado.
Quem poderia no entanto negar que ele é uma realidade?”*

(Georges Burdeau)

*“Essentially, Kosovo is witnessing the clash
of two rights under international law:
Kosovo Albanian self-determination
and Serbia’s territorial integrity”*

(Tim Judah)



Agradecimentos

O Curso de Estado-Maior, mormente ao nível dos produtos académicos solicitados, exige um forte empenhamento de cada um dos seus alunos, contribuindo sobremaneira para a intensidade da vivência diária que o oficial é compelido a adoptar durante o período de frequência do Curso.

O desenvolvimento do presente trabalho assumiu um elevado peso específico na materialização daquela intensidade, onde a recorrente ausência dos que nos são mais próximos, o constante empenhamento na procura de informação e de elementos de suporte à elaboração do trabalho e o necessário apoio e impulso motivacional para que o ritmo de trabalho se mantivesse elevado, se constituíram como os aspectos mais marcantes de um intenso e absorvente trabalho.

É neste contexto que utilizo este espaço para deixar registadas as devidas palavras de apreço.

Ao meu orientador, Major de Cavalaria Lourenço Azevedo, o meu muito obrigado pelo constante interesse, disponibilidade, acompanhamento e motivação patenteada ao longo da elaboração deste trabalho. As suas indicações e perspectivas foram também um relevante contributo para o produto final do estudo.

A todos os que se disponibilizaram para me apoiar na elaboração do trabalho, fornecendo ou criando condições para a obtenção de informação relevante, expresso o meu profundo reconhecimento e gratidão. Permito-me destacar, pela efectiva e extremamente valiosa contribuição dada para o desenvolvimento do trabalho, o Major-General Raul Cunha, o Brigadeiro-General Marco Serronha e a Professora Teresa Cierco.

A minha dedicatória especial,

Para a minha esposa Ana, pela sua paciência, compreensão e apoio incondicional.

Para o meu filho Afonso que, com apenas três anos, já se viu privado da presença do pai demasiado tempo, por razões profissionais.

Para a minha filha Ana Rita, que nasceu durante a fase de maior empenhamento na elaboração deste trabalho e a quem o pai ainda não conseguiu dar a desejada atenção.



Índice

Índice de figuras	IV
Índice de anexos	IV
Resumo	V
Abstract.....	VI
Palavras-Chave	VII
Lista de abrevisturas, siglas e acrónimos.....	VIII
Introdução.....	1
1. Avaliação geopolítica e geoestratégica.....	4
2. A Independência e o Direito Internacional.....	22
a. A Resolução 1244	22
b. O Kosovo como sujeito de DIP	24
c. A Auto-determinação dos povos.....	27
d. Parecer do Tribunal Internacional de Justiça sobre a Declaração Unilateral de Independência do Kosovo	30
3. Contexto internacional.....	34
a. Estados	34
b. Organizações.....	42
Conclusões.....	49
Referências bibliográficas	54
Anexos	



Índice de figuras

Figura 1 – Localização geográfica do Kosovo	5
Figura 2 – Índices de pobreza regionais	7
Figura 3 – Relacionamento inter-étnico	8
Figura 4 – Principal rede estradal	9
Figura 5 – Fluxo de passageiros no aeroporto de Pristina	10
Figura 6 – Principais ameaças à estabilidade do Kosovo.....	12
Figura 7 – Razões que levam os kosovares a sentirem-se ansiosos ou preocupados	14
Figura 8 – Responsabilização pela situação económica do País	15
Figura 9 – Nível de satisfação com o desempenho das instituições políticas	18
Figura 10 – Percepção da presença de corrupção de larga escala nas instituições kosovares	19
Figura 11 – Localização geográfica dos países que reconheceram o Kosovo como Estado independente	36
Figura 12 – Assistência financeira da UE ao Kosovo	43
Figura 13 – Reconhecimento da República do Kosovo entre os Estados-Membros da UE	45
Figura 14 – Reconhecimento da República do Kosovo entre os Estados-Membros da ONU	47

Índice de anexos

Anexo A - Enquadramento	
Anexo B - Declaração Unilateral de Independência do Kosovo	
Anexo C - Países que reconheceram a República do Kosovo (actualizado a 29 de Abril de 2011)	



Resumo

A 17 de Fevereiro de 2008, o Kosovo declarou unilateralmente a independência da Sérvia, marcando desta forma o surgimento da República do Kosovo. O facto viria a gerar enorme controvérsia na comunidade internacional que se dividiu, quer quanto à legitimidade do facto, quer quanto à viabilidade de um Kosovo independente.

O Kosovo apresenta actualmente algumas potencialidades que poderão vir a contribuir para a sua sustentabilidade e viabilidade futura. Contudo, as suas enormes vulnerabilidades geopolíticas colocam em causa a sua sobrevivência sem o forte apoio da comunidade internacional, quer ao nível económico-financeiro, quer ao nível da concretização de um estado de direito multiétnico.

A questão da legitimidade legal do surgimento da República do Kosovo tem vindo a suscitar enorme debate entre os especialistas na área do Direito Internacional Público. Os principais aspectos que suportam grande parte dos pareceres e estudos são a Resolução 1244 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a verificação por parte do Kosovo dos critérios assumidos pela Convenção de Montevideo como sendo representativos da existência de Estado, o princípio da auto-determinação dos povos e o parecer do Tribunal Internacional de Justiça relativo à Declaração unilateral. Conclui-se que, de entre aqueles aspectos, o princípio da auto-determinação é o que melhor valida a legitimidade do Kosovo para invocar o direito à independência.

A viabilidade de um novo Estado está sobretudo relacionada com o seu reconhecimento por parte dos outros Estados o que, conseqüentemente, influencia também o posicionamento das grandes organizações internacionais onde os membros são Estados. Neste momento, o Kosovo beneficia do decisivo apoio de influentes países e de algumas organizações que, quer ao nível político, quer ao nível económico-financeiro, têm contribuído para validar e suportar a existência da República kosovar.

Foi possível concluir que, neste momento, estão reunidas condições suficientes para que o Kosovo se afirme como mais um Estado independente do panorama mundial. Pese embora as vulnerabilidades identificadas, bem como a enorme dificuldade de consenso no que à questão de *jure* diz respeito, o empenhamento de uma influente parte da comunidade internacional na viabilização da República do Kosovo permite perceber que quaisquer das soluções que venham a ser encontradas para resolver os actuais problemas ainda pendentes terão que ser conseguidas tendo como base um Kosovo independente, uma vez que a existência da República do Kosovo aparenta ser um facto irreversível.



Abstract

On 2008 February 17th Kosovo has unilaterally declared its independence from Serbia, marking out the Republic of Kosovo emergence. This event would bring a huge controversy among the international community which has split out about the declaration legality and also about the Kosovo viability as an independent State.

Nowadays Kosovo has some potentialities which can contribute for its future sustainability and viability. However, its enormous geopolitical vulnerabilities jeopardize Kosovo's survival without the strong support of the international community, both at an economic and financial level and in achieving a multi-ethnic rule of law state.

The question of legal legitimacy of the emergence of the Republic of Kosovo has given rise to an intense debate among experts in Public International Law matters. The main fundamentals that support many of the opinions and studies are the Resolution 1244 issued by the UN Security Council, the validation of the Kosovo current situation in accordance with the Montevideo Convention terms regarding State existence, the International Law self-determination concept and the International Court of Justice advisory opinion on the legality of Kosovo's declaration of independence. It has been concluded, among those elements, that self-determination concept is the one that better validates the Kosovo legitimacy to invoke the independence right.

The viability of a new State is largely connected with its recognition by other States, which directly influence the international organizations posture, because members are States. In our days, Kosovo is receiving a decisive support from some influent States and Organizations, that both at a political and economic-financial level, have contributed to validate and support the Republic of Kosovo existence.

Based on the developed investigation it has been possible to conclude that today's picture is favorable to have Kosovo Republic as an independent State. Notwithstanding the fact that Kosovo has acknowledged vulnerabilities and an enormous lack of consensus regarding the *jure* issue, the commitment of an relevant share of the international community in have an independent Kosovo permits to have the conviction that any solution that can be implemented to solve the current problems regarding Kosovo independence has to be found based on the fact that Republic of Kosovo existence is an irreversible fact.



Palavras-chave

Kosovo

Independência

Geopolítica

Estado

Auto-determinação dos Povos

Tribunal Internacional de Justiça

Reconhecimento

Ambiente Internacional



Lista de abreviaturas

AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
BM	Banco Mundial
CRS	<i>Congressional Research Service</i>
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DIP	Direito Internacional Público
DUIK	Declaração Unilateral de Independência do Kosovo
EUA	Estados Unidos da América
EULEX	<i>European Union Rule of Law Mission in Kosovo</i>
EUSR	<i>European Union Special Representative</i>
FMI	Fundo Monetário Internacional
FND	Força Nacional Destacada
FOC	<i>Full Operational Capability</i>
FYROM	<i>Former Yugoslav Republic of Macedonia</i>
H	Hipóteses
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
IFC	<i>International Finance Corporation</i>
IOC	<i>Initial Operational Capability</i>
KEK	<i>Energy Corporation of Kosovo</i>
KFOR	<i>Kosovo Force</i> (NATO)
KP	<i>Kosovo Police</i>



KPC	<i>Kosovo Protection Corps</i>
KSF	<i>Kosovo Security Force</i>
KTA	<i>Kosovo Trust Agency</i>
LDK	Liga Democrática do Kosovo
NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCE	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
PCSD	Política Comum de Segurança e Defesa
PDK	Partido Democrático do Kosovo
PESD	Política Europeia de Segurança e Defesa
PIB	Produto Interno Bruto
PISG	<i>Provisional Institutions of Self-Government</i>
QC	Questão Central
QD	Questão Derivada
RFJ	República Federal da Jugoslávia
RTP	Rádio Televisão Portuguesa
SGNU	Secretário-geral das Nações Unidas
SRSG	<i>Special Representative of the Secretary-General for Kosovo</i>
TIJ	Tribunal Internacional de Justiça
UÇK	Exército de Libertação do Kosovo
UE	União Europeia



UNDP	<i>United Nations Development Programme</i>
UNMIK	<i>UN Interim Administration Mission in Kosovo</i>
USAID	<i>United States Agency for International Development</i>
USD	<i>United States Dollars</i>



Introdução

A 17 de Fevereiro de 2008, o Primeiro-Ministro do Kosovo, Hashim Thaci – eleito no quadro das *Provisional Institutions of Self-Government* (PISG) implementadas pelas Nações Unidas (ONU) –, declarou unilateralmente a independência do Kosovo (Anexo B), cumprindo o desejo da população albanesa da região (Anexo A).

Contudo, a Sérvia, país que continua a reclamar o Kosovo como sua província, não aceita a amputação de parte do seu território, reclamando a ilegalidade da declaração de independência do Kosovo, uma vez que considera que o princípio da integridade territorial dos Estados é elemento fulcral no relacionamento internacional (Anexo A).

Revestindo-se a actual situação de elevada complexidade, torna-se relativamente fácil identificar um leque alargado de possíveis orientações para um estudo subordinado ao tema “*O problema do Kosovo*”. Contudo, no âmbito deste trabalho, o “Problema” a tratar foi definido como sendo a capacidade de afirmação da República do Kosovo enquanto Estado no seio da comunidade internacional.

Na actualidade, a situação do Kosovo, objecto do presente estudo, constitui-se como um dos mais relevantes e sensíveis temas das relações e do direito internacional, sendo objecto das mais diversas análises (Anexo A). O desenvolvimento de trabalhos académicos de investigação relacionados com o actual contexto kosovar permite acrescentar ao campo do conhecimento um estudo e uma análise sobre um tema actual e de elevada relevância político-estratégica no contexto internacional.

É fundamental, nesta fase, delimitar de forma clara o âmbito do estudo. Assim, o estudo foi limitado temporalmente à actual realidade kosovar, sendo a investigação adicionalmente circunscrita à análise segundo três vectores, identificados como fundamentais durante a etapa de exploração que integra a primeira fase do procedimento metodológico seguido, designadamente: i) enquadramento geopolítico/ geoestratégico do Kosovo; ii) análise de aspectos enquadrados na área do Direito Internacional Público (DIP) e considerados como essenciais para o estudo; e iii) análise ao contexto internacional que o Kosovo neste momento enfrenta.

Pretende-se, com o desenvolvimento da investigação, aportar ao campo do conhecimento uma abordagem abrangente na análise da situação do Kosovo. Para atingir este objectivo geral, o estudo integra aspectos da ordem jurídica internacional que, face aos



mais recentes desenvolvimentos – declaração unilateral de independência –, vieram ganhar uma maior relevância.

Face ao objectivo geral e à delimitação efectuada para estudo do tema, foram definidos os seguintes objectivos específicos:

- ✓ Identificar se os factores geopolíticos e geoestratégicos do Kosovo contribuem para a sua afirmação enquanto Estado;
- ✓ Identificar se a independência do Kosovo é sustentada em aspectos particulares do DIP;
- ✓ Caracterizar, numa perspectiva de ambiente regional e internacional, o posicionamento de relevantes actores do Sistema Internacional, face à autoproclamada independência do Kosovo.

Quanto ao percurso metodológico, será seguida a abordagem proposta por Quivy&Campenhoudt (2005), a qual é adoptada pelo Instituto de Estudos Superiores Militares como referencial.

Na execução deste trabalho, a metodologia seguida enfatiza a pesquisa bibliográfica e documental sobre o tema. Elemento fundamental para o desenvolvimento da investigação são as entrevistas a realizar a personalidades de reconhecida competência profissional ou académica em cada uma das áreas abordadas.

O Modelo de Análise a utilizar será baseado no Método Dedutivo, cuja construção parte de teorias e normas identificadas e validadas, terminando com a observação dos acontecimentos a estudar. Este Modelo vai gerar - através de um trabalho lógico - hipóteses, conceitos e indicadores, para os quais se terão de procurar correspondentes no contexto real, permitindo a resposta à questão central formulada.

Nesse sentido, no início da investigação foi definida a questão central (QC) que orientou todo o trabalho:

“Em que medida o Kosovo reúne condições que contribuam para a sua afirmação como Estado independente?”

Com a finalidade de orientar o estudo para os objectivos específicos, foram definidas as seguintes questões derivadas (QD):

- ✓ QD #1

“De que forma os factores geopolíticos e geoestratégicos contribuem para a afirmação do Kosovo enquanto Estado independente”;



✓ QD #2

“Encontra a autoproclamação de independência do Kosovo fundamentação no quadro do DIP?”;

✓ QD #3

“Qual o posicionamento da comunidade internacional, face à auto-proclamação de independência do Kosovo?”.

Após a identificação das questões, e com base no estado da arte e em contactos estabelecidos em entrevistas exploratórias, definiram-se as seguintes hipóteses para efeitos de orientação do estudo (H):

✓ H #1

“O Kosovo apresenta potencialidades geopolíticas e geoestratégicas que permitem perspectivar a sua afirmação como um Estado independente”;

✓ H #2

“O Kosovo encontra no quadro do DIP, fundamentos que validam a sua actual existência como Estado independente”;

✓ H #3

“O ambiente internacional, em geral, favorece a existência do Kosovo enquanto Estado Independente”.

A articulação do trabalho é feita em cinco partes. A presente Introdução que contempla a definição do objecto de estudo e a sua delimitação, os objectivos da investigação e a metodologia adoptada. No primeiro capítulo é desenvolvida uma avaliação geopolítica/geoestratégica da actual realidade do Kosovo. A contextualização do surgimento da nova República do Kosovo à luz de aspectos específicos do DIP é efectuada no capítulo dois. O terceiro capítulo apresenta uma análise sistematizada do ambiente internacional que actualmente se vive em relação ao Kosovo. A última parte, de conclusões, reflecte o resultado da investigação efectuada, respondendo à QC, definida *à priori* como farol orientador do desenvolvimento da investigação.



1. Avaliação geopolítica e geoestratégica

O presente capítulo tem como finalidade avaliar os factores geopolíticos e geoestratégicos do Kosovo, na medida em que estes se poderão constituir como elementos facilitadores da afirmação do Kosovo enquanto Estado Independente. Efectuada uma avaliação inicial, foram identificados os aspectos relativos aos factores, físico, humano, circulação, económico e institucional como os mais relevantes, para a análise a efectuar.

Ao factor físico corresponde o território, que define a existência física duma entidade política, jurídica e administrativa (IESM, 2007: 19). A caracterização dos aspectos relacionados com a componente humana reveste-se também de elevada importância, neste âmbito, uma vez que eles influenciam indirectamente todos os outros factores, como elemento multiplicador de poder, pois a população constitui-se como fonte da vontade, da capacidade e do espírito de defesa do território. A população tem ainda incidência directa na disponibilidade de mão-de-obra, nos efectivos militares e na capacidade científica e tecnológica; mas é também a fonte de problemas político-sociais que podem afectar a coesão do Estado (IESM, 2007: 30). Os indicadores relacionados com a actividade económica são também incontornáveis quando se efectua uma análise geopolítica ou geoestratégica, sendo que o valor de uma região depende em muito da qualidade, quantidade e variedade dos seus recursos. Contudo, a existência de recursos não significa automaticamente riqueza e poder de um Estado (IESM, 2007: 36). Por último, o factor circulação pretende representar a acessibilidade do território e da população a pessoas, bens e ideias (IESM, 2007: 39).

O Kosovo situa-se na região Sul da península balcânica, entre os Estados da Sérvia, Macedónia, Albânia e Montenegro, não tendo qualquer acesso directo ao mar (figura 1).

A actual República do Kosovo dispõe de uma reduzida dimensão territorial, cerca de 11.000 Km², posicionando-se neste particular, imediatamente atrás de Timor-Leste, do Montenegro e da Jamaica, e à frente de países como o Luxemburgo, Líbano e Cabo Verde. A sua fronteira terrestre tem cerca de 702 Km, praticamente toda em alta montanha, sendo aproximadamente metade daquele valor referente à fronteira com a Sérvia (CIA, 2011).



Figura 1 – Localização geográfica do Kosovo

Fonte: <http://noticias.r7.com>

Num mundo que se prevê cada vez mais globalizado, os Balcãs poderão vir a desempenhar um importante papel geopolítico e geoestratégico, quer ao nível económico e logístico, onde se destacam os “corredores” de transporte de energia (Soares, 2008) e as vias de comunicação (Klimov, 2003), quer ao nível militar, onde a possibilidade de presença se reveste de grande importância para fazer face a possíveis conflitos na região asiática.

Sendo o Kosovo parte integrante da região, a sua importância tenderá a ser igualmente valorizada, uma vez que, de forma directa ou indirecta, poderá beneficiar daquelas mais-valias geoestratégicas.

Contudo, e no que ao factor físico diz respeito, existe um aspecto que poderá vir a alterar a actual delimitação geográfica do Kosovo. As fronteiras são consideradas como pouco consistentes e com possibilidade de virem a sofrer alterações, designadamente no que à região Norte do País diz respeito (Cunha, 2010). Uma das possíveis soluções de resolução das tensões regionais existentes com a Sérvia, que numa perspectiva de estabilidade regional deverão ser sanadas o mais rapidamente possível, passa pela “partição” do Norte do Kosovo em favor da Sérvia (Cunha, 2010) o que, apesar de neste



momento não ser expectável, iria, naturalmente, alterar as actuais condições de delimitação do território.

Para além da questão Norte, existe um outro problema relativo à delimitação do território da República do Kosovo. A fronteira com a Sérvia está longe de ser consensual entre os dois países. Neste momento, decorrem negociações no sentido de se encontrar um entendimento entre as partes o que, à partida, não parece ser tarefa fácil (Serronha, 2011).

O Kosovo tem actualmente cerca de 1.825.000 habitantes, sendo que a estimativa para o ano de 2025 é de um crescimento de cerca de 9,5% (US Cesus Beaureau, 2011).

Ao nível da educação, o Kosovo tem vindo a efectuar importantes melhorias, designadamente nas infra-estruturas das escolas, dos equipamentos informáticos e dos livros. Da mesma forma, a preparação de professores e o acesso das minorias à educação têm vindo a sofrer melhorias significativas (World Bank, 2010). O Kosovo possui uma população jovem, com uma idade média na ordem dos 26 anos (US Cesus Beaureau, 2011), bem instruída e que tem potencial para formar o núcleo de uma força de trabalho vibrante numa economia de alta tecnologia e baixo custo (Cunha, 2009).

Por razões históricas, a geografia humana do Kosovo é diversificada em termos étnicos. A grande maioria da população é de etnia albanesa - cerca de 90 % -, existindo 5% de habitantes de origem Sérvia, sendo os restantes de outras etnias de menor expressão (ECIKS, 2010).

A demografia religiosa é essencialmente marcada pelos cerca de 85% da população que se identifica como sendo Muçulmana, maioritariamente Sunita. A minoria Sérvia é essencialmente Ortodoxa, enquanto apenas 8% dos albaneses kosovares professam o catolicismo romano (IHS Global Limited, 2010).

A população localizada em regiões rurais representa cerca de 58% dos habitantes do Kosovo, sendo que os restantes 42% habitam as zonas urbanas do país (ECIKS, 2010). É precisamente nas zonas rurais que os elevados índices de pobreza mais se fazem sentir, sendo que a nível regional o Kosovo se destaca significativamente dos restantes países (figura 2), apresentando índices de pobreza bastante elevados, com 45% da população identificada como vivendo abaixo do limiar de pobreza e sem melhorias identificadas ao longo dos últimos anos (World Bank, 2007: i-iv). A estimativa de população que é considerada muito pobre – determinado pela incapacidade de satisfação das necessidades básicas de alimentação – é de 17% (World Bank, 2010).



Num país em vias de desenvolvimento, a pobreza e o baixo nível económico favorecem a participação da população em actividades de índole criminosa.

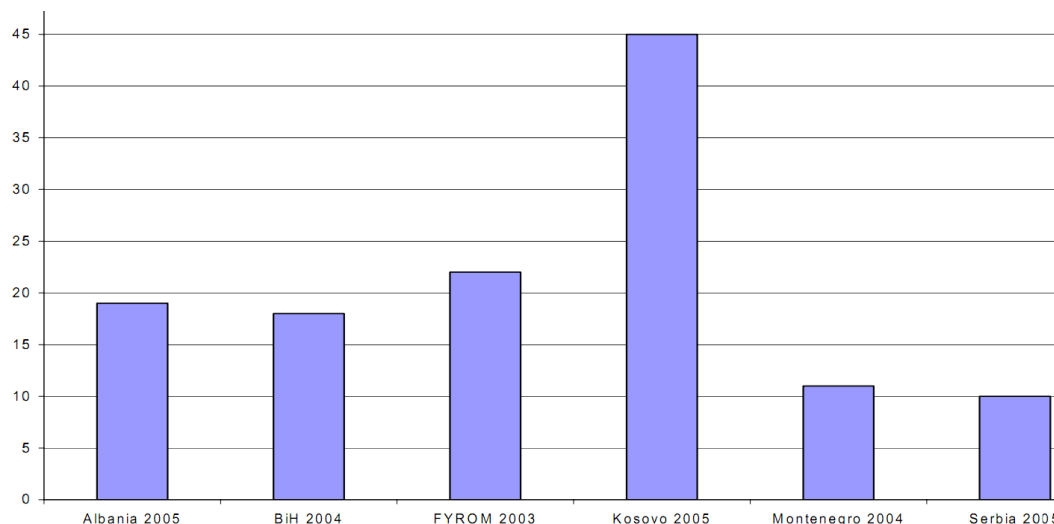


Figura 2 – Índices de pobreza regionais

Fonte: World Bank, 2007

Os problemas de relacionamento e de aceitação entre kosovares-albaneses e kosovares-sérvios, claramente identificados quando perguntado sobre a possibilidade de partilha do ambiente laboral (figura 3), revelam que a existência de um estado multiétnico no Kosovo parece estar longe de ser uma realidade, continuando a gerar preocupações no seio da comunidade internacional: “...os contínuos incidentes no Norte do Kosovo reforçam o forte perigo de que se produza uma situação de instabilidade...”¹ (SIC Online, 2010).

¹ Declarações do enviado especial da ONU para o Kosovo, Lamberto Zannier, numa reunião do Conselho de Segurança ocorrida em 12 de Novembro de 2010.

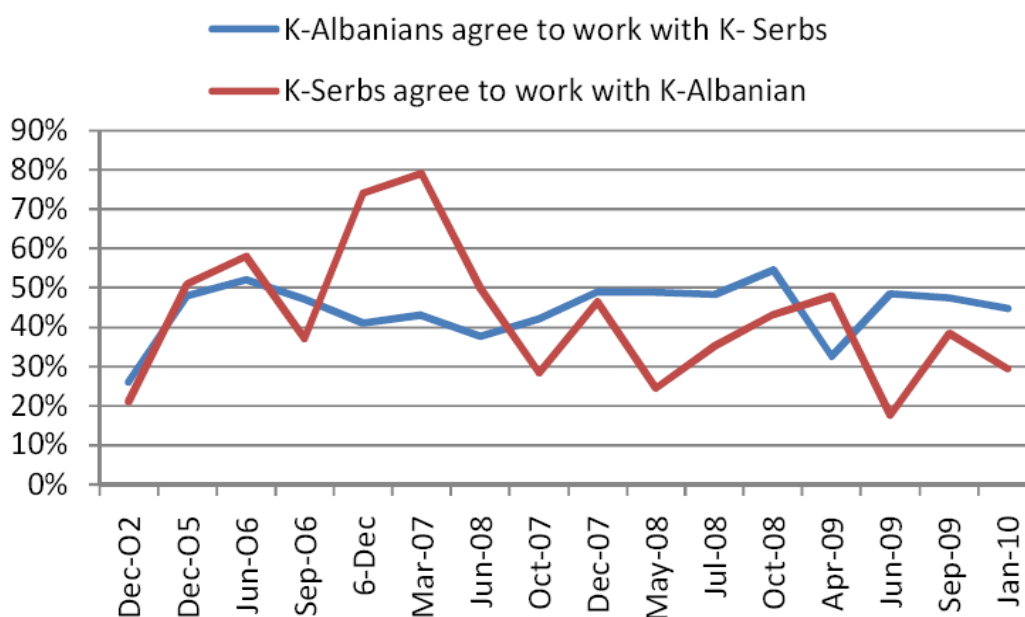


Figura 3 – Relacionamento inter-étnico

Fonte: UNDP/USAID, 2010

No que ao factor circulação diz respeito, o Kosovo apresenta uma limitação importante, uma vez que não dispõe de acesso directo ao mar. Um outro facto extremamente limitativo da mobilidade de pessoas, bens e serviços para o exterior do país é o actual diferendo existente entre o Kosovo e a Sérvia, relativamente ao autoproclamado estatuto de independência por parte do Kosovo.

As infra-estruturas que permitem uma livre circulação no Kosovo encontram-se todas em estado razoável. O grande problema nesta área, não reside propriamente nos danos resultantes do conflito de 1999, mas sobretudo na falta de preocupação ou de capacidade das autoridades, quer na manutenção das infra-estruturas, quer na realização de novos investimentos (Oliveira, Sousa, Duarte, 2008:140).

O Kosovo dispõe de cerca de 1.926 km de estradas, sendo que aproximadamente 86% destes são pavimentados (CIA, 2011). Apesar do baixo nível de manutenção deste tipo de infra-estruturas durante as últimas décadas, e dos danos causados pela guerra de 1999, o actual estado de manutenção das estradas melhorou significativamente nos últimos anos, em virtude de diversos projectos desenvolvidos no quadro dos apoios internacionais de que o país tem beneficiado (IHS Global Limited, 2010).

A rede de estradas actualmente existente (figura 4) pode no entanto vir a ser profundamente alterada com a construção de uma auto-estrada que se pretende que ligue o Porto de Salónica na Grécia à Holanda, passando por Pristina (Oliveira, Sousa, Duarte, 2008:142). Adicionalmente, prevê-se a construção de uma outra auto-estrada até à fronteira albanesa. Esta via permitirá, através de uma nova auto-estrada construída em território albanês, a ligação do Kosovo ao porto de Dures no Mar Mediterrâneo (IHS Global Limited, 2010). A Agência Europeia para a Reconstrução, em conjunto com o Banco Mundial, têm promovido nestes últimos anos um conjunto de projectos que têm vindo a melhorar significativamente a circulação na região do Kosovo (Oliveira, Sousa, Duarte, 2008:140-141).



Figura 4 – Principal rede estradal

Fonte: www.unmikonline.org

A rede ferroviária do Kosovo raramente é utilizada. Nenhum dos 333 km de linha disponíveis se encontra electrificada, em oposição ao que, por exemplo, acontece na vizinha Macedónia, onde 34% da rede se encontra já electrificada. Os meios ferroviários de circulação encontram-se em más condições, necessitando de ser substituídos para que



possa ser viável a sua utilização como meios de ligação aos mercados exteriores. Contudo, poucos dos actuais problemas da rede ferroviária do Kosovo poderão ser resolvidos sem que a questão de sustentabilidade eléctrica venha a ser resolvida (UNDP/USAID, 2008).

Ao nível da circulação aérea, o aeroporto de Pristina, com a maior pista pavimentada do país, destaca-se como a principal porta de entrada no Kosovo. Depois de diversas obras de modernização da infra-estrutura, o aeroporto da capital tornou-se uma importante plataforma de movimento de pessoas e serviços. O fluxo de passageiros tem vindo a aumentar gradualmente ao longo dos anos, cifrando-se actualmente perto do milhão e duzentos mil passageiros por ano (figura 5).

	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Number of flights conducted	4.717	4.983	4.093	4.321	4.928	5.709
Incoming passengers	439.889	452.362	427.870	483.330	551.990	578.451
Outgoing passengers	470.907	478.258	483.330	506.962	578.649	613.527
Total passengers	910.796	930.620	882.731	990.952	1.130.639	1.191.978

Figura 5 – Fluxo de passageiros no aeroporto de Pristina

Fonte: Ministério da Administração Pública do Kosovo, 2010

Neste momento, a gestão do espaço aéreo é garantida pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO). O facto de o Kosovo não ser membro da Organização das Nações Unidas (ONU) está a criar grandes dificuldades no processo de transferência daquela gestão para as autoridades kosovares, uma vez que a *International Civil Aviation Organization* (ICAO) apenas reconhece como possíveis Estados contratantes os membros da ONU. Caso a questão do estatuto não venha a ser resolvida no seio da ONU, o Kosovo poderá ficar fortemente limitado na sua autoridade de gestão do seu espaço aéreo (Serronha, 2011).



O futuro do Kosovo, como o de todos os Estados, depende em grande parte da capacidade económica do país para atingir os objectivos últimos da política: segurança, progresso e bem-estar (IESM, 2007:7).

No contexto económico o Kosovo tem vindo a tentar implementar políticas assentes na economia de mercado. Este processo tem vindo a ser conduzido com o apoio da comunidade internacional, tendo sido, no quadro do programa de reconstrução em curso, já implementadas diversas reformas. A economia kosovar enfrenta diversas adversidades resultantes da sua história recente, destacando-se o conflito dos anos 90, que devastou grande parte da capacidade industrial, e a recorrente indefinição relativa ao seu estatuto o que dificulta os esforços desenvolvidos no sentido de atrair investimento estrangeiro (IHS Global Limited, 2010).

Com um Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* de 1.850 €, o Kosovo constitui-se como um dos países mais pobres da Europa. Apesar de visíveis progressos no crescimento económico após o fim da guerra em 1999, conseguido muito à custa da massiva ajuda internacional, a solidez económica do Kosovo é ainda muito débil (World Bank, 2010). A diáspora – essencialmente localizada na Alemanha e na Suíça - contribui para o Produto Interno Bruto (PIB) com cerca de 14%, estando os contributos de outras entidades e doadores internacionais estimados em 7,5% (CIA, 2011).

No Kosovo, a falta de capacidade de geração de emprego acaba por desperdiçar a capacidade produtiva do país e por contribuir para a diminuição do seu possível potencial económico, favorecendo simultaneamente a emigração, onde a fuga de quadros mais qualificados poderá significar uma forte desaceleração no processo evolutivo do país. Este facto contribui ainda para o favorecimento da agitação social, criando condições favoráveis para a participação em actividades criminosas. Com uma taxa de desemprego na ordem dos 47%, o Kosovo encontra-se longe da média calculada para os países com economias em processo de transição, que é de 35% (World Bank, 2010). O fenómeno torna-se ainda mais significativo quando 60% daqueles desempregados se inserem no grupo etário da população identificada como jovem (IHS Global Limited, 2010).

Os dados apresentados na figura 6 permitem perceber, de forma clara, a importância que a pobreza e o desemprego têm no actual contexto, uma vez que são apontados como os principais factores passíveis de ser geradores de instabilidade no Kosovo (figura 6).

	K-Albanian	K-Serb	Others	Total Weighted
Further aggravation of interethnic relations	1.9%	20.8%	1.3%	3.0%
Unemployment and poverty	67.9%	48.1%	72.0%	66.9%
Deterioration of relations with neighbouring countries	1.9%	2.6%	4.0%	2.1%
Deterioration of relation with international community	2.3%	1.3%	9.3%	2.6%
Religious Radicalism	.3%	5.2%	1.3%	.6%
Political Radicalism	.6%	5.2%	2.7%	1.0%
Lack of rule of law	8.0%	10.4%	.0%	7.7%
Corruption and mismanagement	15.2%	3.9%	5.3%	14.0%
	1.2%	2.6%	1.3%	1.3%
DK/NA	.7%	0%	2.7%	.8%
Total	100%	100%	100%	100%

Figura 6 – Principais ameaças à estabilidade do Kosovo

Fonte: UNDP/USAID, 2010a

É fundamental que o Kosovo, enquanto país, consiga criar condições que favoreçam a criação de empregos, quer numa perspectiva de desenvolvimento a longo prazo, quer numa óptica de estabilidade no curto prazo (USAID, 2008:37). O problema do desemprego é, portanto, uns dos principais desafios que se colocam ao Kosovo no seu processo de consolidação que, necessariamente, passará pelo seu desenvolvimento económico.

O Kosovo é, actualmente - e possivelmente continuará a ser no futuro - um país essencialmente importador. A esmagadora maioria dos produtos consumidos no país são provenientes do exterior, uma vez que a produção interna é residual (Cunha, 2011). Neste contexto, importa destacar que o contributo dado para o PIB pelo sector industrial – que efectivamente produz produtos transaccionáveis – é de 22,6%, destacando-se o sector dos serviços que contribui com a grande fatia, 64,5%. O sector agrícola ocupa a última posição concorrendo para o PIB com 12,9% (CIA, 2011). Apesar de o sector empregar 16,5 % da força laboral do país, o baixo nível de industrialização e de desenvolvimento tecnológico existentes, associados a uma actividade maioritariamente de sobrevivência, não permitem que o nível de produtividade do sector seja mais elevado.



Um caso emblemático da realidade industrial kosovar é a actividade mineira, outrora com um peso significativo na actividade industrial da região, e actualmente pouco rentável. Esta situação deve-se, em grande parte, ao baixo nível tecnológico dos equipamentos disponíveis, e ao fraco investimento que, durante os últimos anos, foi feito naquela indústria (CIA, 2011). São exemplo claro desta realidade as minas de Mitrovic, em tempos apontadas como exemplo de competitividade económica, e que chegaram a empregar 22.885 trabalhadores, o que então representava cerca de 9% da força laboral do Kosovo. A realidade vivida nas últimas duas décadas levou à deterioração daquela realidade económica, sendo que em Setembro de 2010 as mesmas minas apenas empregavam 2.525 trabalhadores. Até à data, as tentativas de revitalização da actividade na região têm-se revelado infrutíferas (UNDP, 2010:7).

A possibilidade de existirem no Kosovo recursos naturais não implica directamente que eles estejam disponíveis para contribuir para a viabilidade económica do país. Existência não significa disponibilidade, uma vez que serão necessárias capacidades complementares, que requerem muito investimento, para que os recursos sejam efectivamente uma mais-valia nacional (IESM, 2007: 36).

Factor essencial ao desenvolvimento do país são as infra-estruturas de suporte à actividade económica. É precisamente nesta vertente que está identificada uma das grandes debilidades e limitações do país, o fornecimento de energia eléctrica (Cunha, 2011). Esta limitação é mesmo apontada, num estudo produzido pelo *International Finance Corporation*² (IFC) como sendo, de forma destacada, o principal constrangimento identificado pelas empresas no desenvolvimento da sua actividade (*Enterprise Surveys*, 2010:4).

Importa tentar perceber como perspectivam os kosovares a situação económica que o país vive. Quando questionados sobre quais as razões que os deixam “preocupados ou ansiosos”, os kosovares, na sua esmagadora maioria – aqui existe uma sintonia de pensamento entre as duas principais etnias – indicam razões económicas como factor principal (figura 7) (UNDP/USAID, 2010a).

² Integra a estrutura do Banco Mundial.

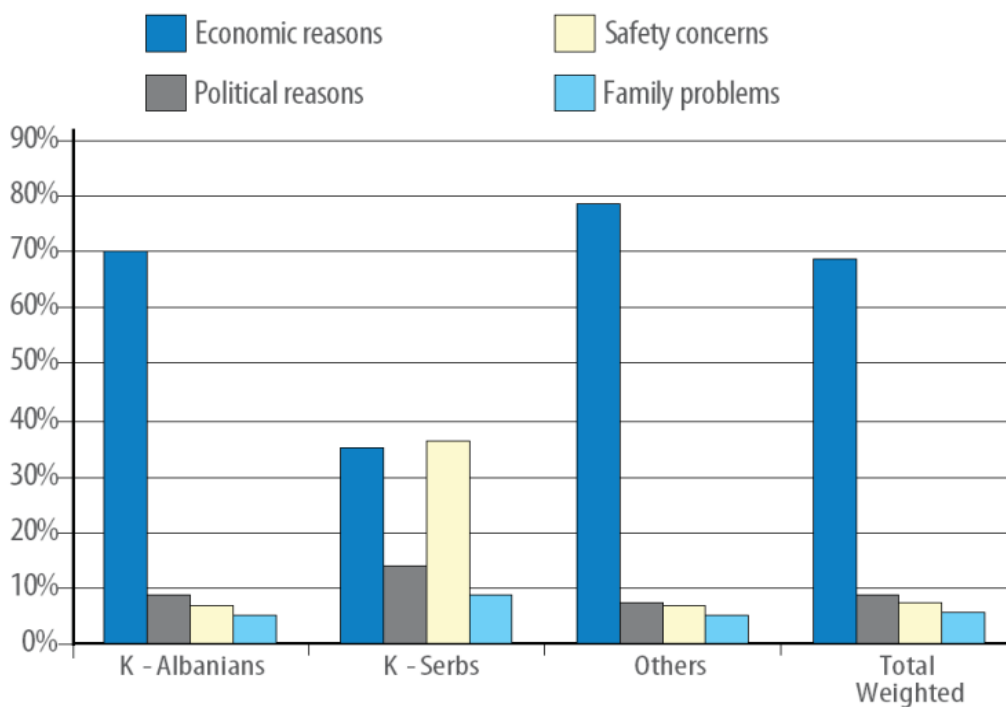


Figura 7 – Razões que levam os kosovares a sentirem-se ansiosos ou preocupados.

Fonte: UNDP/USAID, 2010a

A conjuntura económica é, segundo a grande maioria dos kosovares, uma responsabilidade do governo (figura 8). Efectivamente, em Abril de 2010, 59% dos kosovares (63% dos quais de etnia albanesa) (UNDP/USAID, 2010a) assumiam este sentimento o que, conjugado com a identificada predisposição para a realização de protestos por razões económicas, poderá vir a ser catalisador de movimentos de instabilidade e/ou de conflitualidade interna.

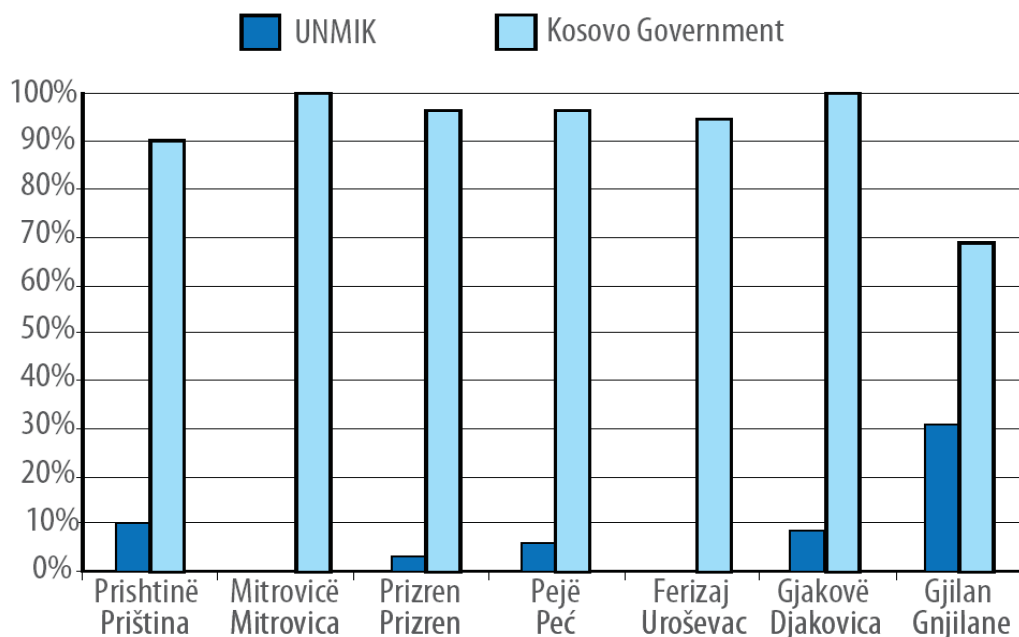


Figura 8 – Responsabilização pela situação económica do País

Fonte: UNDP/USAID, 2010a

Neste momento, a situação económica do novo País aparenta ser uma das suas mais vincadas vulnerabilidades no que ao seu processo de viabilização do Estado diz respeito. Apenas a forte injeção de capital proveniente da comunidade internacional – que espera desta forma manter a estabilidade regional –, as remessas monetárias enviadas para o país pela diáspora e a adopção do Euro como moeda – criando alguma estabilidade ao nível financeiro –, parecem manter a situação num aparente estado de equilíbrio e de viabilidade.

No quadro da governação do território, a Resolução 1244 marcou o início de uma nova fase, onde as PISG, criadas para garantir a implementação de um regime democrático durante o período de transição que duraria até à definição de um estatuto final para o Kosovo, foram, juntamente com a estrutura da *UN Interim Administration Mission in Kosovo* (UNMIK), responsáveis pela administração do território.

Não tendo sido alcançado um acordo final entre Pristina e Belgrado, relativamente àquele estatuto, a assembleia kosovar declarou, em 17 de Fevereiro de 2008, o Kosovo independente. Posteriormente, a 7 de Abril de 2008, seria assinada a nova Constituição do país pelas principais entidades políticas, tendo entrado em vigor a 15 de Junho.

Na sua Constituição, o Kosovo identifica-se como sendo uma república democrática baseada na separação de poderes. Prevê ainda a Constituição a existência de



uma Assembleia da República, com poder legislativo; de um Presidente, que representa o país e garante o democrático funcionamento das instituições; de um governo, responsável pela implementação das leis e pelas políticas do Estado; de um poder judicial único e independente; e de um Tribunal Constitucional (Constitutional Working Group Government of Kosovo, 2011:1-2).

A eleição dos 120 deputados constituintes da Assembleia nacional encontra-se sujeita a uma regra de índole étnica, que prevê que 20 dos 120 lugares sejam obrigatoriamente ocupados por representantes das comunidades minoritárias do Kosovo (Constitutional Working Group Government of Kosovo, 2011:20)

O Kosovo tem efectivamente uma estrutura política implementada e com a responsabilidade de gestão do território. Apesar de algumas notícias sobre alegadas irregularidades, decorreram no passado dia 12 de Dezembro as primeiras eleições legislativas do Kosovo independente, vistas pela comunidade internacional como um efectivo teste à maturidade democrática do novo país (Euronews, 2011).

A actividade política do Kosovo encontra-se estruturada em partidos políticos, sendo os mais representativos³, o Partido Democrático do Kosovo (PDK) - que venceu as eleições com aproximadamente 33,5% dos votos - e a Liga Democrática do Kosovo (LDK), que obteve 23,6% dos votos. Em terceiro lugar, posiciona-se a formação nacionalista Auto-determinação, que registou 12,2 % dos votos nas eleições de Dezembro (Reuters, 2010).

A situação partidária no Kosovo está longe de ser pacífica, “...os partidos políticos albaneses do Kosovo são todos *hostis uns em relação aos outros*, principalmente devido a velhas rivalidades e a disputas internas pelo poder. O governo e a oposição são incapazes de arranjar uma plataforma comum quanto aos principais temas políticos, económicos e de segurança, havendo unanimidade num só aspecto – o apoio à declaração unilateral de independência do Kosovo.” (Cunha, 2009). Muita desta rivalidade tem como base a estrutura de clãs – associados aos partidos políticos - ainda fortemente implementada no Kosovo, e que são fonte de muita da criminalidade existente no país (Cunha, 2011). A estrutura de clã está muito implementada, sendo a estrutura social mais importante da

³ Tomando como referência as últimas eleições onde 29 partidos se apresentaram à consideração dos kosovares.



região, tendo implicações ao nível político, económico e social (Oliveira, Sousa, Duarte, 2008: 151).

O primeiro-ministro Hashim Thaçi, reeleito em Dezembro, tem sido associado a actividades pouco lícitas. Notícias recentes referem que relatórios de investigação militar de origem ocidental apontam o chefe máximo do governo do Kosovo como uma das mais influentes personalidades do crime organizado do país (Guardian, 2011).

Na realidade, o crime organizado é identificado como um dos grandes problemas que o Kosovo neste momento enfrenta. “...o crime organizado prevalece e muitos políticos e funcionários estão manchados por corrupção contra o que grupos de estudantes, mulheres, e organizações independentes conduzem campanhas já que aquela tem um sério impacte na área da governação” (Cunha, 2009).

Associado ao crime organizado, o Kosovo tem vindo a ser identificado como um importante foco de redes de tráfico relacionadas com o narcotráfico, com a prostituição, com o armamento clandestino e, mais recentemente, com o tráfico de órgãos. A actual fragilidade do Estado kosovar em controlar essa criminalidade torna o seu território “apetecível” para o desenvolvimento daquele tipo de actividades.

Para além da desconfiança da comunidade internacional, a própria população kosovar apresenta indícios de insatisfação relativamente às suas instituições. Uma análise à figura 9 permite perceber que os níveis de satisfação da população relativamente às suas instituições políticas são bastante baixos, destacando-se apenas o Presidente do país acima de 50%, possivelmente porque a sua intervenção não se encontra associada a aspectos directamente relacionados com a gestão do país.

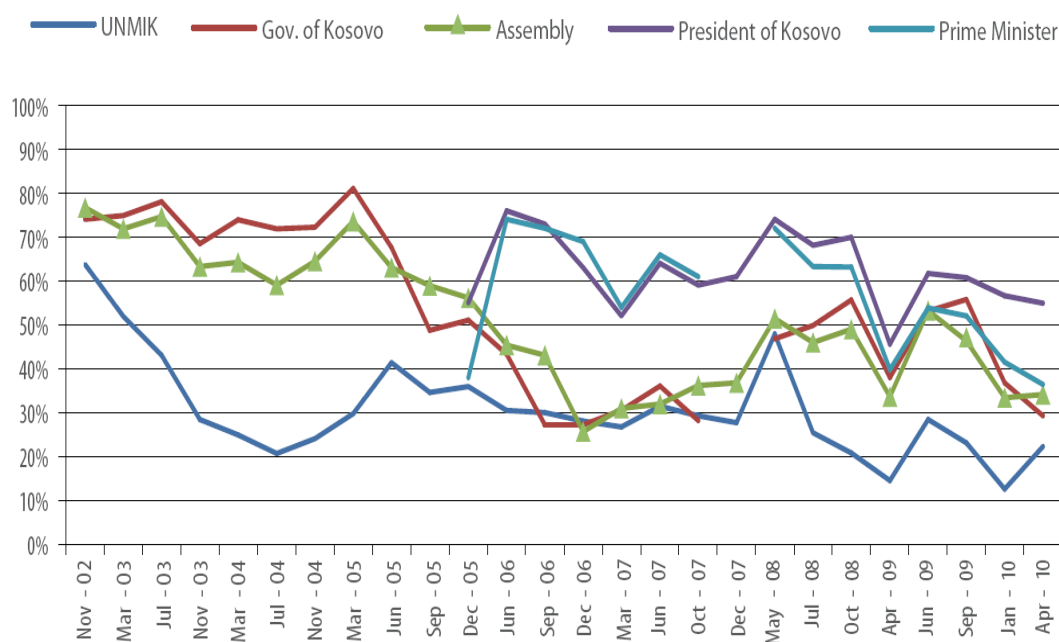


Figura 9 – Nível de satisfação com o desempenho das instituições políticas

Fonte: UNDP/USAID, 2010a

A corrupção, associada ou não ao crime organizado, aparece também referenciada como um forte obstáculo ao desenvolvimento e à estabilidade social do país. A corrupção cria um ambiente desfavorável à actividade económica, uma vez que incrementa quer os custos, quer os riscos associados das empresas. Num estudo efectuado no sentido de avaliar quais os principais obstáculos que as empresas a operar no Kosovo identificavam no desenvolvimento da sua actividade, a corrupção apareceu em segundo lugar na lista dos principais constrangimentos (*Enterprise Surveys*, 2010:4).

Tal como as empresas, também a população identifica a presença de elevados níveis de corrupção nas estruturas do Estado. Os níveis de corrupção mais elevados aparecem associados à empresa pública de energia⁴, aos tribunais e à empresa de privatizações do Kosovo⁵ (KTA). Imediatamente a seguir, a administração central e o governo são identificados por cerca de 40% da população inquirida como apresentando elevados índices de corrupção (figura 10).

⁴ *Energy Corporation of Kosovo*(KEK).

⁵ *Kosovo Trust Agency* (KTA).

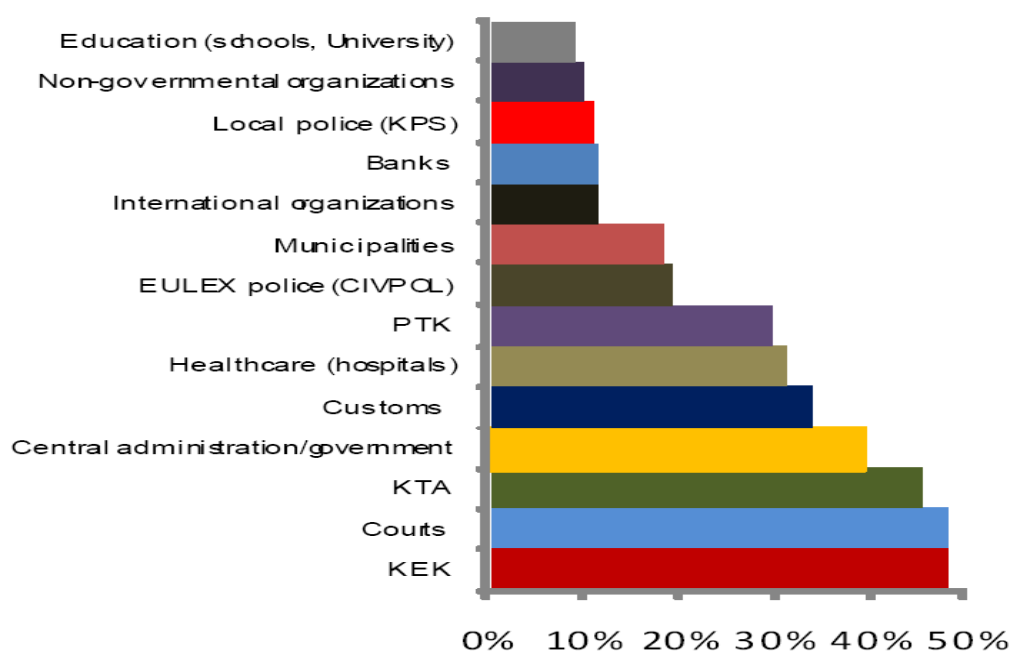


Figura 10 – Percepção da presença de corrupção de larga escala nas instituições kosovares

Fonte: UNDP/USAID, 2010

Relativamente à capacidade do Estado em fazer valer a sua autoridade em todo o território, importa referir que, neste momento, o governo do Kosovo não consegue impor a sua autoridade na região Norte de maioria Sérvia, nem ao nível político, nem ao nível da Lei e Ordem. Toda a gestão e administração daquela região são feitas por estruturas de origem Sérvia (Serronha, 2011). Em última análise, pode dizer-se que a região Norte do Kosovo é “independente”: por um lado não aceita a administração do governo kosovar, por outro a Sérvia, pela Resolução 1244, também não pode lá exercer qualquer tipo de autoridade. Naturalmente que esta situação favorece sobremaneira a actividade criminosa, que não se rege por critério “étnicos” e que olha para a região como sendo um refúgio regional.

No quadro do DIP, o direito de “fazer a guerra” é identificado como revelador da existência de soberania. Direito que, com a proibição da guerra pela Carta das Nações Unidas, é interpretado como o direito à legítima defesa (Miranda, 2009). Para garantir este direito, os Estados têm necessariamente que dispor, por si ou através de outros, de uma capacidade militar capaz de lhes assegurar a integridade territorial.



Com a proclamação da independência, e indo de encontro ao que o designado “Plano Athisari” preconizava, foram extintos os *Kosovo Protection Corps* (KPC), que tiveram na sua génese o UÇK. Entretanto, uma nova força, designada de *Kosovo Security Force* (KSF), profissional e multi-étnica, foi aprontada, tendo atingido a sua *Inicial Operational Capability* (IOC) em Janeiro de 2009. Prevê-se que esta força, que se encontra a ser preparada pela NATO, venha a contar com um efectivo na ordem dos 2.500 homens permanentes e 800 reservistas (IHS Global Limited, 2010) e que atinja a *Full Operational Capability* (FOC) até 2014, prazo máximo definido pela NATO para a transferência de autoridade.

Neste momento, a KSF, utilizando o padrão de comparação português, pode ser caracterizada como uma “protecção civil” militar: protecção civil, porque é a entidade responsável ao nível da busca e salvamento, da inactivação de engenhos explosivos, da resposta NBQ, incluindo mesmo os corpos de bombeiros; militar, apenas porque estão autorizados a estar equipados com armamento ligeiro (pistola e espingarda). Não se podem por isso definir, no quadro dos conceitos militares ocidentais, como forças armadas (Serronha, 2011).

As limitações impostas à constituição de umas forças armadas resultam da pressão internacional e do consequente controlo exercido pelo *Kosovo Force* (KFOR) no terreno. Aparentemente, parece ser intenção do governo kosovar avançar com a criação de umas Forças Armadas, com base na KSF, logo que a NATO faça a transferência de autoridade daquela força. Naturalmente que o apoio da comunidade internacional será fulcral para a materialização deste objectivo que, caso venha a ser disponibilizado, poderá criar um cenário de possível conflito regional (Serronha, 2011).

Como anteriormente referido, o governo kosovar não consegue neste momento fazer valer a sua autoridade na região de maioria kosovar sérvia, a norte do Rio Ibar. A questão que se levanta é se, com uma capacidade militar reforçada e com a NATO em processo de “*downsizing*”, o governo do Kosovo não irá tentar impor a sua autoridade pela força naquela região, o que, naturalmente, criaria uma situação de conflito que, no limite, poderia ser visto como uma intervenção de cariz eminentemente étnico. Resta saber como reagiria a comunidade internacional em geral, e a Sérvia em particular, a este cenário.

A KSF já se encontra organizada numa estrutura tipo militar, tendo mesmo constituído uma Brigada de Reacção Rápida a três unidades escalão batalhão, também



equipada apenas com armas ligeiras e com a missão de garantir segurança aos outros corpos da KSF em possíveis cenários de tensão (Serronha, 2011). Segundo dados de 2010, o Kosovo dispõe de um universo de recrutamento para integrar as fileiras de uma força militar na ordem dos 430 mil homens e 390 mil mulheres (CIA, 2011).

No que às forças de segurança diz respeito, a situação é um pouco mais clara. A actual *Kosovo Police* (KP), que tem uma missão no âmbito da ordem pública, evoluiu da antiga força policial jugoslava que operava na antiga província do Kosovo. Este processo de evolução teve o seu início após a entrada da administração da ONU no território, tendo a UNMIK contribuído, ao abrigo da Resolução 1244⁶, para a evolução e estabilização daquela polícia. Note-se que também ela se encontra impedida de desenvolver a sua actividade a Norte do rio Ibar, uma vez que naquela região só a polícia de origem kosovar sérvia pode operar aplicando mesmo leis e regulamentos Sérvios (Serronha, 2011).

⁶ Que prevê o apoio à criação de estruturas que garantam a autonomia da região.



2. A Independência e o Direito Internacional

A emergência na comunidade internacional da autoproclamada República do Kosovo, em 17 de Fevereiro de 2008, veio suscitar diversas questões de ordem jurídica. É neste contexto que, neste capítulo, se efectua uma análise ao surgimento do novo país. Para efeitos de sistematização do estudo, foram considerados os vectores normalmente mais abordados no caso Kosovo: a Resolução 1244 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU); o Kosovo enquanto sujeito de DIP; o conceito de auto-determinação dos povos; parecer do Tribunal Internacional de Justiça (TIJ) relativo à declaração de independência unilateral do Kosovo.

a. A Resolução 1244

Na sequência do acordo alcançado, em 10 de Junho de 1999, entre as forças da NATO e a República Federal da Jugoslávia (RFJ), relativo à retirada das forças de segurança da RFJ do Kosovo (SGNU, 1999), o CSNU, agindo sob o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas através da Resolução 1244 autoriza o Secretário-geral das Nações Unidas (SGNU) a estabelecer uma presença civil internacional no Kosovo, a UNMIK, com a finalidade de garantir uma administração interina para o território (CSNU, 1999). Note-se que, ao contrário de outras Missões – por exemplo a implementada em Timor, que recebeu a designação de Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste (UNTAET) –, a palavra encontrada para caracterizar o tipo de administração a estabelecer no Kosovo foi Interina, uma vez que, à data, o CSNU considerava que o Kosovo não se encontrava em qualquer processo de transição (Ferro, 2005:122).

O Kosovo passou então a ser governado enquanto protectorado das Nações Unidas (Martin, 2008:12) tendo, ao abrigo daquela resolução, a então Jugoslávia ficado sem qualquer controlo efectivo sobre o território (Theu, 2009:31). Posteriormente, este facto viria a ser operacionalizado pelo *Special Representative of the Secretary-General for Kosovo* (SRSG), que promulgou um documento onde, no quadro da Resolução 1244, deu alargada autoridade à UNMIK, designadamente nas áreas legislativa, executiva e judicial (SRSG, 1999).

A ONU criou assim uma administração com poderes de gestão do território, sendo que, simultaneamente, reafirmava o comprometimento de todos os Estados Membros para com a soberania e integridade territorial da RFJ (CSNU, 1999). A situação do Kosovo,



desde 1999, ficou indefinida, apesar de juridicamente o território continuar a ser parte integrante da Sérvia (Miranda, 2009:201).

A Resolução 1244, que colocou o território do Kosovo sob administração directa das Nações Unidas, definia como responsabilidade daquela administração a promoção do estabelecimento de uma “autonomia substancial”⁷ e de uma capacidade de auto-governo no Kosovo, enquanto se aguardava por uma decisão relativa ao estatuto final da província (CSNU, 1999:4). Importa sublinhar que a Resolução não utiliza a palavra “acordo”⁸, mas sim “decisão”⁹ o que, efectivamente, não pressupõe que a solução final tenha que resultar de um acordo entre as partes (Wilde, 2008).

O estabelecimento de uma presença internacional civil no território, à luz da resolução 1244, tinha como finalidade garantir que o povo do Kosovo pudesse gozar de uma “autonomia substancial”, no seio da RFJ (que legalmente viria a ter como Estado sucessor a Sérvia).

Actualmente parece existir uma tendência para analisar a legalidade da declaração de independência, exclusivamente à luz do enquadramento dado por aquela Resolução. Contudo aquela Resolução, *per si*, não garante o suporte necessário para se chegar a uma qualquer conclusão (Wilde, 2008). Apesar desta visão “legal”, mais ou menos consensual entre os autores que se pronunciam sobre o tema, certo é que outros factos poderão ser vistos como facilitadores da criação da actual República do Kosovo.

Suportado no quadro estipulado pelo CSNU para a administração do Kosovo, o SRSG promulgou, em 2001, o “enquadramento constitucional para o auto-governo provisório”¹⁰ do Kosovo (SRSG, 2001). Este documento criou e atribuiu às instituições provisórias de auto-governo do território kosovar poderes semelhantes aos que se podem encontrar nas instituições governativas dos Estados soberanos. Merece ainda referência o facto de a Constituição provisória do Kosovo não prever qualquer tipo de participação dos órgãos institucionais da FRJ/Sérvia no processo de decisão de implementação das instituições de auto-governo do território (Theu, 2009:34).

⁷ A expressão “autonomia substancial”, para além de ser extremamente vaga, não define os moldes em que aquele estado final desejado seria materializado, deixando em aberto quase todas as possibilidades (Martin, 2008:41).

⁸ *Agreement*.

⁹ *Settlement* (CSNU, 1999:4).

¹⁰ *Constitutional Framework for Provisional Self-Government in Kosovo*.



A Resolução 1244 não faz qualquer referência expressa ao princípio de auto-determinação dos povos. Contudo, de uma forma mais clara, a Constituição provisória promulgada pelo SRSG utiliza repetidamente a expressão “auto-governo”, fazendo também notar a especificidade única do Kosovo em termos “...*históricos, legais, culturais e linguísticos*” (SRSG, 2001:9). Estas referências adoptam claramente uma linguagem que se insere no âmbito da auto-determinação dos povos (Vidmar, 2009:798).

A situação de gestão do território vivida entre 1999 e 2008 poderá eventualmente ter criado a janela de oportunidade para que a maioria albanesa do Kosovo declarasse a sua independência, eliminando desta forma a soberania Sérvia sobre o Kosovo. De enorme relevância, é o facto do actual estado de “independência” ter sido facilitado por circunstâncias que resultaram da intervenção directa da ONU, quando estabeleceu uma administração política internacional no Kosovo, retirando o controlo do território ao Estado que ele integrava (Theu, 2009:34).

A Resolução 1244 que, como vimos, afastou a Sérvia da administração do território, ainda hoje se mantém em vigor (Kingdom of Spain, 2009:53). Pode então afirmar-se que o contexto criado pela ONU, que assumiu o controlo do Kosovo impedindo que a FRJ/Sérvia exercesse qualquer influência sobre o território, foi um factor facilitador da declaração unilateral de independência, sem que a quebra da administração do território pela ONU tenha sido colocada em causa.

b. O Kosovo como sujeito de Direito Internacional Público

“Diversas vicissitudes que atingem o Estado suscitam a problemática jurídica, extremamente complexa, a que se tem dado o nome de sucessão de Estados. São elas: i) a cessação da soberania ou da administração de um Estado relativamente a certo território – seja por incorporação dele no território de outro Estado ou por transferência de administração, seja por ele se tornar o território de um novo Estado; ii) Cessação da própria soberania do Estado – por anexação por outro Estado, por integração em Estado composto ou por fusão com outro ou outros Estados, dando origem a um novo Estado” (Miranda, 2009:227-228).



A declaração unilateral de independência e soberania, assumida pelos auto-designados líderes do povo kosovar democraticamente eleitos¹¹, fez surgir na comunidade internacional uma discussão teórica sobre a forma de surgimento de novos Estados. No quadro teórico apresentado, o Kosovo insere-se na situação proposta por Miranda no ponto i), onde a cessação da soberania formal da Sérvia sobre o Kosovo se deveu à intenção declaratória dos representantes da população que habita o território em se assumirem como Estado independente e soberano.

A Convenção de Montevideo sobre os Direitos e Deveres dos Estados, assinada em 26 de Dezembro de 1933 e regularmente adoptada pelos juristas como referencial para análises similares, prevê no seu artigo 1º que “*O Estado como pessoa de Direito Internacional deve preencher os seguintes requisitos: a) ter uma população permanente; b) possuir um território definido; c) possuir um governo; e d) ter capacidade para estabelecer relações com outros Estados*” (Convenção de Montevideo, 1933). São estes os elementos que fundamentam a estadualidade na qual os Estados podem desenvolver os atributos que lhe são tradicionalmente reconhecidos (Gouveia, 2003:390).

Podemos assim dizer que o Estado é normalmente definido como uma colectividade que se compõe de um território e de uma população, submetidos a um poder político organizado, caracterizando-se pelo atributo soberania (Dinh, Daillier, Pellet, 2003:418).

Brownlie define o atributo *população* como sendo referente a uma população permanente, devendo por isso ser utilizado em associação com o território onde aquela população se assume como uma comunidade estável. O *território*, enquanto elemento constituinte do Estado, permite definir a área sob a qual a comunidade política deve exercer o seu controlo. A prática demonstra que não é exigida a existência de fronteiras totalmente definidas, o que importa é o estabelecimento efectivo de uma comunidade política¹². A existência de uma comunidade política estável, dotada de uma ordem jurídica e estabelecida numa determinada área, é garantida pela existência de um *governo* efectivo, com órgãos administrativos e legislativos centralizados. A capacidade para estabelecimento de relações com outros Estados é interpretada pelo DIP como estando associada ao conceito de independência. A independência foi identificada por muitos

¹¹ Assim se assumiram no texto da Declaração de Independência do Kosovo (DUIK, 2008).

¹² Em 1913 a Albânia foi reconhecida por vários Estados apesar da ausência de fronteiras estabelecidas, e Israel foi admitido nas Nações Unidas apesar das disputas sobre as suas fronteiras (Brownlie, 1997:85).



juristas como sendo o critério decisivo da qualidade de Estado (Brownlie, 1997:85-86), sendo ainda referenciada sob a designação de soberania por alguns autores, que consideram o estado como o único sujeito de direito que beneficia daquele atributo fundamental (Dinh, Daillier, Pellet, 2003:417).

Considerando o referencial teórico definido pela Convenção de Montevideu, bem como a sua especificação proposta por Brownlie, importa agora enquadrar a actual situação do Kosovo.

A análise geopolítica efectuada anteriormente permitiu concluir que o espaço geográfico que constitui o Kosovo se encontra perfeitamente definido, apesar de existirem algumas indefinições relativas à materialização física de alguns troços de fronteira, mormente com a Sérvia. De uma forma geral, pode afirmar-se que o território da República do Kosovo corresponde à região que anteriormente constituía a província da Sérvia.

O elemento população do conceito de Estado, como vimos, pode ser visto enquanto comunidade permanente que habita o território, neste caso o Kosovo. O estudo efectuado no capítulo 1 permitiu caracterizar o factor humano que habita a região, tendo ficado demonstrada a estabilidade da população que a habita. Importa contudo realçar o facto de não ter sido a totalidade da população que habita a região kosovar a assumir a vontade expressa de independência, note-se que a população de origem sérvia pretendia continuar subordinada à administração de Belgrado. Será a vontade de independência de uma minoria (albaneses habitantes da Sérvia) suficiente para a constituição de um Estado independente? Parece estranho, mas não existe consenso internacional sobre esta matéria (Cierco, 2011). Contudo, para este efeito, é possível considerar a população kosovar habitante da antiga província Sérvia como permanente e claramente identificável.

Um terceiro elemento constituinte do Estado é o governo. No quadro do DIP, pertencem ao governo não apenas as autoridades executivas do Estado, mas também o conjunto dos seus “poderes públicos” – ordem política, jurisdicional e administrativa interna. Segundo o critério da efectividade, deve reconhecer-se um governo quando ele controlar o território, tiver uma relativa estabilidade, possuir um aparelho administrativo adequado e se mostrar disposto a cumprir com as suas obrigações internacionais (Cierco, 2011). No caso do Kosovo, e indo de encontro ao já apresentado aquando da análise de aspectos relativos ao factor institucional, é possível constatar a existência de uma estrutura de governo.



A questão não se coloca ao nível da existência de um governo, mas sim da sua autoridade na administração do território, uma vez que as zonas habitadas pela minoria Sérvia se recusam a aceitar a autoridade do governo kosovar, destacando-se pela sua relevância neste contexto a região a norte do rio Ibar.

O grande problema do Kosovo enquanto Estado independente está assim ao nível da soberania, quer interna, quer externa. Ao nível interno, muitas das funções básicas do Estado são garantidas pela forte presença internacional o que, cumulativamente com a falta de autoridade do governo em algumas das regiões do território, torna difícil aceitar que o Estado kosovar tem capacidade para assumir a sua responsabilidade ao nível da soberania interna. Ao nível da soberania externa, faculdade de cada Estado dirigir as suas relações com outros Estados sem que, no exercício de tal faculdade, esteja sujeito a outro poder, o Kosovo também revela uma debilidade assinalável. Face ao contexto de reconhecimento internacional da sua independência, associada a muitas das limitações que existem ao nível da sua aceitação internacional, nomeadamente no quadro da participação como parte em acordos, a soberania externa do Kosovo encontra-se bastante limitada e dependendo da intervenção de organizações internacionais em sua representação (Cierco, 2011).

Note-se que o Kosovo não integra, nem se prevê que venha a integrar, num futuro próximo, nenhuma das principais organizações – ONU, NATO e UE – que, de alguma forma, assumem grande parte das funções de soberania do Kosovo, quer ao nível interno, quer ao nível externo.

c. A Auto-determinação dos Povos

O surgimento de um novo país a partir de um Estado existente poderá ocorrer de duas formas, ou com consentimento do Estado de origem ou contra a vontade desse Estado, que se sente lesado na sua integridade territorial. Como exemplo do primeiro cenário pode ser referida a situação da ex-URSS, que se desmembrou sobrando apenas a actual Rússia como sua sucessora. O Kosovo surge como um *case study* do segundo cenário apresentado. Para que a secessão, nestes casos, possa ser considerada como legal, terá que existir um fundamento jurídico que justifique a separação forçada porque, caso contrário, o facto assumir-se-á como uma violação da integridade territorial do Estado de origem (Wilde, 2008:9).



Um dos fundamentos legais mais citados para a independência do Kosovo é o “direito à auto-determinação dos povos”, consagrado no Direito Internacional, sendo por isso relevante perceber de que forma a situação do Kosovo se enquadra naquele direito.

A auto-determinação é uma das mais sensíveis áreas do Direito Internacional. O seu significado e aplicação têm sido fonte de muita contradição e mal formulação. Tal deve-se ao facto de os interesses próprios dominarem as atitudes face à auto-determinação. As atitudes dos Estados face à auto-determinação alteram-se e, por vezes, mudam completamente dependendo do impacte que se prevê que venham a ter nos interesses próprios do Estado (Rrecaj, 2006:61).

O direito à auto-determinação não se encontra perfeitamente definido e enquadrado, apesar de o seu uso ter sido considerável na história internacional (Theu, 2009:14). O conceito foi inicialmente aplicado no contexto colonial onde as colónias podiam optar por emergirem enquanto Estados independentes, por se associarem com outros Estados independentes ou por se integrarem em outros Estados independentes (Vidmar, 2009:807). Contudo, no contexto actual, não se pode deduzir de um direito à descolonização um direito à secessão para um povo integrado num estado: a diferença de natureza dos territórios em causa impede qualquer analogia, além de que os espaços jurídicos dos dois fenómenos são opostos, uma vez que, enquanto o DIP regula de maneira muito precisa o processo de descolonização, a secessão em si própria não é considerada pelo direito internacional (Cierco, 2011).

Existem, no quadro jurídico internacional, alguns referenciais que podem ajudar a enquadrar juridicamente o “direito à auto-determinação dos povos”. Dihn, Daillier e Pellet, citam a declaração da Assembleia Geral das Nações Unidas efectuada por ocasião do seu 50.º aniversário onde, no capítulo intitulado PAZ, é reafirmado por aquela organização “... o direito à auto-determinação de todos os povos, tomando em consideração as situações particulares de povos sob domínio colonial ou outras formas de dominação ou ocupação estrangeira...”. O texto continua, reforçando que aquele direito “...não deverá ser interpretado como autorizando ou encorajando qualquer medida de forma a desmembrar ou comprometer, na totalidade ou em parte, a integridade territorial ou a unidade política dos estados soberanos e independentes ...” (AGNU, 1995:13).

Por outro lado, no designado processo de “Secessão do Quebec” – uma caso paradigmático de vontade expressa de secessão –, o Supremo Tribunal do Canadá defende



no parágrafo 126 do seu despacho que “...o direito à auto-determinação externa (o qual potencialmente assume a forma de direito à secessão unilateral) surge apenas nos casos mais extremos, e mesmo nesses, sob circunstâncias cuidadosamente definidas.” (Supremo Tribunal do Canadá, 1998).

Apesar de discordâncias relacionadas com secessão raramente receberem decisão formal, a prática dos Estados, as decisões dos tribunais e outras disposições institucionais, apontam pistas para a categorização do que são “casos extremos” e do que poderão ser “circunstâncias cuidadosamente definidas”, contextos sob os quais a figura da secessão poderá ser aceite. Assim, Christopher Borgen propõe um modelo de análise para qualquer tentativa de reclamação legal de secessão ou, por outras palavras, de auto-determinação externa, a saber: i) são os secessionistas um “povo”?; ii) o Estado do qual pretendem a separação viola seriamente os seus direitos humanos?; iii) não existe qualquer outra forma de resolução do conflito, seja pela lei interna, seja pela lei internacional? (Borgen, 2008). Tendo por base este modelo, é possível sistematizar uma análise ao caso do Kosovo.

A validação da primeira premissa implica que se perceba se os kosovares albaneses, agentes da declaração que materializou a secessão, podem ser considerados um povo.

A Comissão de Juristas que arbitrou o status das ilhas Aland (Finlândia), entre 1920-21, demonstrou que, para efeitos de auto-determinação, não se poderia considerar uma pequena fracção de pessoas como uma nação propriamente dita (Drebes, 2009:58).

No caso do Kosovo, a separação da Albânia, a luta pela autonomia, a constituição de 1974 da RFJ que dava alargada autonomia à região e a década de violação dos direitos humanos, contribuiu decisivamente para que se desenvolvesse uma identidade distinta entre os kosovares Albaneses (Vidmar, 2009). Neste quadro, é possível identificar os albaneses habitantes do Kosovo como um povo, com uma identidade definida e distinta.

O segundo indicador a analisar no modelo apresentado é o da violação dos direitos humanos pelo Estado de origem. Tendo como referência a Resolução 1244, é possível perceber que a comunidade internacional, através daquela Resolução onde apenas a China se absteve, assumiu que existia no Kosovo uma “grave situação humanitária”, determinando à RFJ que “colocasse imediatamente...fim à violência e à repressão no Kosovo...” (CSNU, 1999). Este segundo indicador é assim validado por uma Resolução do CSNU.



O último indicador propõe uma análise à viabilidade que um processo negocial poderá ter na resolução do problema. Também neste ponto documentos oficiais sustentam o impasse que se vivia antes da Declaração Unilateral de Independência do Kosovo (DUIK). Na sequência da proposta apresentada por Martii Ahtisaari, que recomendava a independência do Kosovo, sujeita a um período de supervisão internacional (proposta aceite por Pristina e rejeitada por Belgrado), foi criada uma “Troika” negocial composta por membros da UE, da Rússia e dos Estados Unidos da América (EUA). Entre Agosto e Dezembro de 2007, aquele grupo negocial tentou obter um patamar de entendimento entre as duas partes, contudo nenhuma das partes se encontrava disposta a ceder. No seu relatório final, datado de 4 de Dezembro de 2007, a “Troika” assumia que, apesar de todas as possibilidades terem sido tentadas, havia sido impossível obter um acordo entre as partes (Troika, 2007). Na sequência do fracasso negocial, dois meses depois o Kosovo declararia unilateralmente a sua independência da Sérvia. O último indicador fica assim igualmente validado, uma vez que, à data, era assumidamente inviável qualquer acordo entre kosovares albaneses e sérvios, relativamente à soberania do Kosovo.

A validação do modelo proposto pelo conceituado jurista Christopher Borgen, para o caso do Kosovo, não valida de forma directa a legalidade da independência do Kosovo. O estudo efectuado apenas valida, à luz do modelo identificado, a reclamação por parte dos kosovares albaneses do “direito à auto-determinação” enquanto “povo”. A “legalidade/ilegalidade” do processo que levou ao surgimento da República do Kosovo não é consensual, principalmente entre os especialistas que se pronunciam e escrevem sobre o caso.

d. Parecer do Tribunal Internacional de Justiça sobre a Declaração Unilateral de Independência do Kosovo

Na sequência da DUIK, e tendo por base uma solicitação da Sérvia, a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) aprovou uma Resolução, onde solicitou ao TIJ um parecer consultivo sobre a referida declaração. A questão foi colocada ao tribunal nos seguintes termos: “*Está a declaração unilateral de independência das instituições provisórias de auto-governo do Kosovo em concordância com a lei internacional?*”¹³ (TIJ,

¹³ Na sua versão original: “*Is the unilateral declaration of independence by the Provisional Institutions of Self-Government of Kosovo in accordance with international law?*” (TIJ, 2008).



2008:1). Em resposta, o TIJ viria a pronunciar-se a 22 de Julho de 2010, emitindo um parecer onde considera a . A decisão foi aprovada com dez votos a favor e quatro contra (TIJ, 2010:15). Note-se que o parecer emitido não tem qualquer efeito prático em termos legais, sendo apenas de âmbito consultivo.

Pretende-se neste subcapítulo apresentar uma análise ao parecer emitido pelo TIJ, bem com perceber o impacte que aquele parecer teve ao nível do contexto internacional.

Face ao texto da pergunta apresentada ao TIJ, muitos juristas se questionaram qual a mais-valia de um parecer resultante da resposta aquela pergunta. Porque não perguntar especificamente sobre aspectos legais verdadeiramente importantes e sobre os quais a comunidade internacional continua a estar bastante dividida? Importa não esquecer que a proposta de colocar a questão ao TIJ foi sujeita a votação da AGNU e que, possivelmente, caso o texto fosse outro, a proposta não teria passado. Contudo, para a Sérvia, que avançou com a proposta, esta era a única forma de conseguir levar o caso ao TIJ. Possivelmente, a Sérvia esperaria que o tribunal interpretasse a pergunta de uma forma mais abrangente, pronunciando-se sobre a questão do reconhecimento do Kosovo (Borgen, 2010).

O tribunal acabou assim por deixar de fora da sua análise, porque a questão colocada não o solicitava, muitos dos aspectos que realmente suscitam discussão no contexto jurídico, como sejam as consequências legais da DUK, se o povo do Kosovo tinha o direito à auto-determinação, qual a validade jurídica dos reconhecimentos do Kosovo como Estado independente, ou se o Kosovo satisfazia os requisitos para se assumir como Estado soberano (Caplan, 2010). Porém, existem outros aspectos jurídicos que o parecer aborda, e que importa agora rever.

Com efeito, o parecer aborda no seu conteúdo uma análise ao enquadramento legal dos emissores que, no documento formal de declaração de independência, se identificam como “... líderes democraticamente eleitos pelo seu povo...” (DUK, 2008). O que à primeira vista parecia ser consensual tornou-se, na sequência do parecer do TIJ, alvo de discussão jurídica.

O tribunal entendeu pronunciar-se sobre se os autores da DUK haviam agido enquanto PISG, ou se, por outro lado, apenas enquanto representantes do povo kosovar e fora, portanto, do enquadramento da administração interina da ONU. Esta questão pode parecer de pouco relevante, no entanto é fulcral para se perceber se a Declaração é ou não



legal, uma vez que no quadro do DIP uma declaração emitida por uma entidade indevida torna-a nula (Vidmar, 2010:3).

Sobre aquele aspecto, o TIJ pronunciou-se no sentido de considerar que os autores da DUIK estavam a actuar fora do quadro legal de administração interina do território pela ONU, entendendo que apenas agiram enquanto representantes do povo kosovar (Caplan, 2010). Esta conclusão do tribunal não é consensual, uma vez que é difícil entender que um acto votado em sessão especial da Assembleia do Kosovo, onde participaram 109 dos 120 membros da Assembleia, o Primeiro-ministro e o Presidente (as três entidades provisórias estabelecidas sob administração da UNMIK), não foi um acto originário das PISG. Alguns dos juízes que pertenceram ao colectivo do TIJ, nas suas declarações anexas ao parecer, referem a sua discordância individual com esta conclusão (Wolff, 2010).

A relação entre a Resolução 1244 e a DUIK foi também alvo de análise no parecer emitido pelo Tribunal de Haia. No parágrafo 114, o tribunal defende que a Resolução não contém qualquer definição quanto à forma como o estatuto final poderia vir a ser alcançado. Defende ainda que o CSNU não reservou para si a decisão final sobre a situação no Kosovo, tendo mesmo evitado definir condições orientadoras do estatuto final da região. Esta postura do CSNU foi contrária, por exemplo, à seguida para o caso de Chipre, também em 1999, onde o Conselho definiu claramente quais as condições a que o estatuto final do Chipre deveria obedecer (TIJ, 2010:40). Em consequência desta análise, o tribunal considerou que, em termos jurídicos, a DUIK não violou a Resolução 1244 (Borgen, 2010). Uma vez mais esta decisão não foi consensual entre os juízes, fundamentalmente porque a DUIK coloca em causa aspectos estipulados pela Resolução 1244, como sejam a integridade territorial e a soberania da Sérvia sobre o território o que, até nova Resolução do CSNU, torna incompatível a DUIK com as determinações da Resolução 1244 (Wolff, 2010).

Após a deliberação do TIJ de que a DUIK não era ilegal, era expectável que muitos dos países que aguardavam o parecer do tribunal avançassem com o seu apoio ao estatuto da nova República.

Uma análise às datas em que os diversos Estados emitiram as suas declarações de reconhecimento do Kosovo independente, permite perceber que aquelas expectativas não se vieram a verificar. Apenas 6 Estados declararam reconhecer o Kosovo como Estado independente após o parecer do TIJ.



Este facto permite deduzir que o efeito da decisão do tribunal foi praticamente nulo. Percebe-se assim que a questão da aceitação do auto-declarado estatuto do Kosovo pela comunidade internacional está longe de ser baseado em aspectos legais, sendo essencialmente o vector diplomático, do Kosovo e dos seus principais aliados, que poderá ter um papel decisivo no incremento da aceitação internacional da República do Kosovo. O impacte da questão jurídica, neste particular a decisão do TIJ de que a DUK foi legal, parece assim ficar para segundo plano, quando comparada com a visão e com os interesses políticos dos Estados.



3. Contexto internacional

O estudo efectuado neste capítulo pretende analisar o actual posicionamento da comunidade internacional face ao surgimento da nova República. A viabilidade do Kosovo enquanto Estado independente está intimamente ligada ao nível de aceitação e de empenhamento que a comunidade regional e internacional colocar, quer ao nível político, quer ao nível económico, no seu processo de viabilização.

a. Os Estados

“Pode parecer surpreendente que o reconhecimento do Estado não seja um processo «centralizado» ou, pelo menos, que a competência para reconhecer um Estado novo não seja uma competência «vinculada» dos Estados, visto que o Estado é uma realidade objectiva, cuja existência se impõe desde que se encontrem estabelecidos os três «elementos constitutivos»?” (Dinh, Daillier, Pellet, 2003:571-572). Esta questão reflecte bem o panorama que é possível encontrar quando analisados os critérios que, ao nível dos Estados, foram invocados para suportar a decisão de reconhecimento, ou não reconhecimento, do Kosovo independente.

Um estudo independente realizado por investigadores do Centro de Estudos Europeus da Universidade de Oxford (Reino Unido), no momento em que 70 Estados haviam reconhecido o Kosovo como independente da Sérvia, concluiu que nem todos os países invocaram as mesmas condições para declararem oficialmente o seu apoio ao surgimento do novo Estado europeu. Identificado como padrão comum a todos os Estados que apoiaram a DUKI surge, segundo o mesmo estudo, a referência ao facto de o “caso Kosovo” dever ser considerado como único, não constituindo por isso um precedente para outros casos. Em sentido oposto, os países que não reconheceram a independência alegam como fundamento para a sua decisão o facto de a lei internacional não permitir a secessão de Estados fora do quadro colonial, considerando ainda que a “secessão unilateral” – sem o consentimento do Estado de origem – não deveria produzir efeitos, uma vez que cria um precedente negativo (Bolton, Visoka, 2010:2).

O critério que o estudo identificou como sendo o mais referenciado nas fundamentações foi o de que o reconhecimento do Kosovo independente seria um *“contributo para a paz e para a segurança regional”* (Bolton, Visoka, 2010:19). Esta



crença foi invocada por 25 dos Estados que, à data do estudo, já haviam reconhecido o Kosovo como o novo Estado do panorama europeu (Bolton, Visoka, 2010:19).

Percebe-se que a paz e a segurança regional estejam no centro das preocupações dos Estados que reconheceram a independência do Kosovo. Contudo, tal como alguns países fizeram, apontar este factor como único fundamento – o que segundo o citado estudo aconteceu com alguns países – parece ser um argumento pouco fundamentado quer na perspectiva política, quer jurídica. A paz e a segurança são, naturalmente, fins últimos que todos os Estados pretendem alcançar, seja ao nível interno, seja ao nível internacional. Não parece, contudo, que reconhecer um novo Estado apenas suportado naquele critério seja uma opção aceitável, podendo-se mesmo conjecturar se aquele critério não é apenas uma justificação utilizada no sentido de validação de objectivos políticos, evitando-se desta forma a colagem a critérios mais vinculativos, quer no aspecto político, quer na vertente de *jure*.

O segundo critério mais invocado pelos países foi o da “Aceitação da «independência supervisionada» no âmbito do designado “Plano Ahtisaari” (Anexo A), o qual foi assumido pelos representantes kosovares como referencial, quer da DUIK, quer da implementação do estatuto de independência do Kosovo. Dos 70 Estados, 17 fundamentaram a validação do Kosovo como Estado independente com base numa solução apresentada para o impasse que se vivia (Bolton, Visoka, 2010:19). Na prática, aqueles Estados validaram uma independência materializada no quadro da solução proposta por Martti Ahtisaari que, note-se, não foi aprovada no seio do CSNU.

Curiosamente, ou talvez não, o tão discutido aspecto de DIP relativo ao enquadramento da independência do Kosovo no conceito de auto-determinação dos povos, apenas foi referenciado por cinco dos países que aceitaram integrar o Kosovo na comunidade internacional de Estados. Da mesma forma, o debate sobre se o Kosovo, à luz dos critérios da Convenção de Montevideu, efectivamente preenche os requisitos de Estado parece, para nove dos países estudados, não sofrer contestação, uma vez que apontaram a capacidade do Kosovo para se assumir como Estado como a razão para a validação da República kosovar através do seu reconhecimento (Bolton, Visoka, 2010:19). Estes números, face aos apresentados para os outros critérios, demonstram efectivamente que a questão legal não foi o principal quadro de referência que serviu de base à tomada de decisão dos Estados no que ao reconhecimento do Kosovo diz respeito.

O primeiro Estado a reconhecer oficialmente o Kosovo foi a República da Costa Rica, precisamente no mesmo dia em que a declaração de independência foi formalmente apresentada, 17 de Fevereiro de 2008. No dia seguinte, seguiram-se as declarações de reconhecimento oficiais dos EUA, da França, do Afeganistão, da Albânia, da Turquia e do Reino Unido. Os últimos países a reconhecerem o Kosovo enquanto Estado independente foram o Qatar, a Guiné-Bissau e Omã, todos eles já em 2011. Até ao momento, 75 Estados reconheceram a República do Kosovo (figura 11) (Anexo C).



Figura 11 – Localização geográfica dos países que, até 29 de Abril de 2011, reconheceram o Kosovo como Estado independente

Fonte: Kosovothankyou.com, 2011

A República do Kosovo mantém relações diplomáticas com vários países, designadamente através de embaixadas acreditadas quer no Kosovo, quer nesses países. Actualmente, dos 75 países que reconheceram o Kosovo como independente, 19 já têm embaixadas acreditadas no Kosovo, onde se destacam as dos EUA, do Reino Unido, da França e da Alemanha. Acrescem às embaixadas dois gabinetes diplomáticos – Bélgica e Dinamarca – e dois gabinetes de ligação assegurados por Japão e Luxemburgo. Em sentido contrário, o Kosovo garante também instalações diplomáticas de nível embaixada em 18



dos países que o reconheceram como parceiro ao nível das relações estatais (Kosovo Ministry of Foreign Affairs, 2011).

Feita uma análise mais detalhada, é possível concluir que a relação entre o Kosovo e os países onde existem embaixadas da República do Kosovo é, na sua maioria, bilateral. Tal significa que, em cada país onde o Kosovo tem uma representação diplomática oficial, o mesmo país tem também uma sua embaixada, ou representação equivalente, no Kosovo. São excepções a Áustria, a Alemanha, a Dinamarca, a Finlândia e a Noruega, países que, já tendo no Kosovo embaixadas, ainda não receberam equivalente representação kosovar nos seus países. Inversamente, a Arábia Saudita, onde o Kosovo já instalou a sua representação diplomática, ainda não tem representação equivalente no Kosovo (Kosovo Ministry of Foreign Affairs, 2011). Estes factos demonstram que para além do reconhecimento do novo Estado, muitos dos países já se encontram numa fase subsequente de relacionamento com o Kosovo, criando relações diplomáticas oficiais, das quais a rede de embaixadas em fase de implementação e, possivelmente, de crescimento, é indicador relevante.

Parece consensual que a posição da Sérvia relativamente à independência do Kosovo se reveste de vital importância para a viabilização internacional do auto-proclamado novo Estado.

A Sérvia venceu, desde o primeiro momento, o seu total desacordo pela posição assumida pelos líderes kosovares, fundamentando a sua posição com o facto de considerarem a DUK uma violação da resolução 1244, uma vez que, contrariamente ao que aquela resolução previa, na óptica dos responsáveis sérvios, a integridade territorial da Sérvia não foi respeitada.

É neste sentido que o Presidente Sérvio deixou na reunião de emergência do CSNU, ocorrida a 18 de Fevereiro de 2008, a seguinte questão *“Depois deste acto, o mundo não mais será o mesmo...a questão que se coloca é a seguinte: será que todos estamos conscientes do precedente que está a ser criado e será que estamos conscientes das catastróficas consequências a que este facto nos pode levar?”* (CSNU, 2008). A Sérvia, com este discurso, sustentava claramente a sua posição em dois factores: o desrespeito do Kosovo pelas resoluções do CSNU, uma vez que foi contra as determinações da Resolução 1244, e o risco de a situação funcionar como um precedente motivador de actos análogos, tendo este facto sido reforçado com o comentário relativo à existência de situações semelhantes em vários países membros da ONU.



Posteriormente, na sequência do parecer do TIJ em 2010, o presidente Sêrvio Boris Tadic reafirmava a posição Sérvia de 2008 declarando que “...a Sérvia, claro, nunca reconhecerá a declaração unilateral de independência do Kosovo porque acreditamos que se trata de uma secessão de base étnica que não está de acordo com os princípios das Nações Unidas” (Euronews, 2010).

As autoridades sérvias, que vêem o Kosovo como província da Sérvia, tal como a população, continuam actualmente a demonstrar a sua disponibilidade para negociar com as entidades do Kosovo um possível patamar de entendimento. Um habitante sérvio de Belgrado, na sequência do reatar de negociações entre a Sérvia e o Kosovo, em 08 de Março de 2010, referia que “*Infelizmente as feridas ainda são muito profundas. Mas acredito que se deve conseguir um compromisso*” (Euronews, 2011).

O alargamento significativo do universo de países que reconhecem o Estado kosovar, que contribuirá para a sua integração e consolidação internacional, resultará de um processo de diálogo positivo entre o Kosovo e a Sérvia, quer no âmbito do estatuto do Kosovo enquanto Estado independente, quer no âmbito do enquadramento das populações sérvias e do legado cultural e patrimonial sérvio no Kosovo (Serronha, 2011).

No contexto regional, à excepção da Sérvia, todos os países que fazem fronteira com o Kosovo – Montenegro, Albânia e Macedónia – já reconheceram a República do Kosovo como país independente e soberano. Este facto reveste-se de elevada importância para o Kosovo, uma vez que a aceitação regional é fulcral para a estabilidade política da região, bem como para a integração económica do país nos mercados regionais. Neste aspecto, destaca-se a Albânia que, apesar do designado projecto da “grande Albânia” estar, à partida, fora de contexto (Cunha, 2011), continua a assumir-se como um parceiro regional fundamental para o Kosovo, mormente pelas afinidades étnicas e sobretudo pela possibilidade que dá ao Kosovo de garantir o acesso ao mar Adriático e Mediterrânico. Alargando um pouco mais o perímetro regional de análise, é possível perceber que Bulgária, Croácia e Hungria já declararam que olham para o Kosovo como um novo Estado do panorama mundial. Contrariamente, Bósnia e Herzegovina, Grécia e Roménia continuam ainda a considerar a região kosovar como uma província sérvia.

Embora a relevância do enquadramento regional seja importante para o futuro do Kosovo, certo é que o problema do Kosovo não se resume a um conjunto de interesses locais ou regionais, sendo importante considerar o papel dos grandes actores



nomeadamente, os interesses geoestratégicos, em especial da Rússia, dos EUA e da UE (Correa, 2007:90).

Os EUA reconheceram a independência do Kosovo a 18 de Fevereiro de 2008, um dia após a DUIK, através de uma declaração formal da então Secretária de Estado, Condoleezza Rice (Rice, 2008), o que naturalmente demonstra o seu apoio à causa albanesa kosovar (Cunha, 2009:11).

Desde 1999, altura da intervenção da NATO, foram identificados objectivos estratégicos que levaram os EUA a apoiar a intervenção militar no Kosovo: impedir a expansão da Rússia em direcção ao mediterrâneo; bloquear o acesso da Europa e da Rússia ao petróleo e ao gás proveniente das repúblicas muçulmanas da ex-URSS; estender e reforçar o papel da NATO numa fase em que se discutia um novo conceito estratégico; criar condições para instalar um dispositivo de bases americanas no Sudeste da Europa para poder intervir militarmente na Europa Ocidental, no Médio Oriente e na Comunidade de Estados Independentes (Valle, 2001:178). A estes pode acrescentar-se o objectivo estratégico-militar de garantir um ponto de apoio terrestre, marítimo e aéreo à frota americana do mediterrâneo. É neste quadro que se pode entender o elevado investimento efectuado pelos EUA na construção do campo militar de Bondsteel (Cunha, 2011). Com o controlo do Kosovo, os Balcãs passaram a ser uma plataforma de projecção da influência americana para Leste, deixando de ser uma plataforma de expansão da influência russa para o ocidente (Correia, 2004:265).

A primeira frase do discurso de reconhecimento do Kosovo independente por parte dos EUA é clara quanto ao posicionamento dos EUA face à DUIK, “*U.S. Recognizes Kosovo as Independent State*” (Rice, 2008). Naturalmente que, face à influência global que os EUA actualmente detêm no contexto internacional, esta frase tem um impacte bastante significativo em termos de validação de um Kosovo independente.

Outros aspectos merecem destaque na posição oficial assumida pelos EUA. Desde logo, o assumir da criação de laços diplomáticos com o Kosovo, o identificar a independência – no quadro proposto por Martti Ahtisaari – como a única opção viável para garantir a estabilidade regional e a situação única que o Kosovo representa, não podendo por isso ser visto como um precedente para qualquer outra região. A Secretária de Estado Americana não deixa contudo de fazer uma referência à Servia, afirmando a amizade que os une, e realçando o papel de aliada da Sérvia nas duas Guerras Mundiais. Um detalhe de



pouco rigor foi a afirmação de que a intervenção de 1999 tinha sido efectuada sob liderança da comunidade internacional, o que em bom rigor não corresponde à verdade, uma vez que quem agiu, ainda sem legitimação da ONU (órgão que efectivamente representa a *comunidade internacional*), foi a NATO.

Relativamente à importância que os EUA têm no contexto da situação kosovar, levanta-se a seguinte questão: ... e se os EUA não reconhecessem um Kosovo independente da Sérvia? Seria a independência do Kosovo viável? Facto é que todos os indicadores apontam para o apoio declarado que a maior potência mundial dá a um Kosovo independente, o que naturalmente se constitui como forte contributo para a sua integração do Kosovo no seio da comunidade internacional.

Tal como o Embaixador Correa defendeu, para além dos EUA, quando se analisa a questão do Kosovo, é importante considerar outro grande actor internacional e com influência histórica na região dos Balcãs – a Rússia – que, como é sabido, continua a ser forte opositora do actual estatuto do Kosovo. A Rússia e a China são os dois grandes actores que continuam a manter na ordem do dia a questão do Kosovo, uma vez que são os dois únicos membros permanentes do CSNU que ainda não aceitaram a independência do Kosovo. Este posicionamento, devido ao direito de veto daqueles dois países, impede a viabilização de novas resoluções que enquadrem e validem, ao nível da ONU, o cenário de independência do Kosovo.

As razões geopolíticas/geoestratégicas do interesse da Rússia na região dos Balcãs em geral, e do Kosovo em particular, funcionam em sentido oposto às descritas para os EUA. A Rússia “...assistiu, impotente, à expansão da NATO a Leste e viu-se desalojada pela influência americana de áreas da antiga URSS e que Moscovo continua a reclamar como esfera dos seus interesses, casos do Cáucaso e da Ásia Central. O velho complexo de cerco assedia de novo a Rússia. Muitos russos voltam a olhar o Ocidente como uma ameaça potencial. A crise do Kosovo e o ataque da NATO à Jugoslávia (Sérvia e Montenegro) na Primavera de 1999 vieram agravar de forma dramática a crescente crispação nas relações entre a Rússia e o Ocidente” (Pereira, 2009).

Desde 1999 que a Rússia tem vindo a mostrar claramente que a sua posição se aproxima mais da Sérvia que propriamente da dos EUA e da de outras potências que entretanto já reconheceram o Estado do Kosovo, designadamente Reino Unido e França, ambos também membros permanentes do CSNU.



Importa agora, em oposição à análise apresentada para os EUA, perceber quais os factos que fundamentam a posição russa de não reconhecimento de um Kosovo independente da Sérvia. A análise apresentada teve como referencial uma entrevista concedida pelo então Presidente da Rússia Vladimir Putin (2008), a 14 de Fevereiro de 2008¹⁴, três dias antes da DUIK, altura em que já era conhecida a decisão dos líderes kosovares em declararem a independência unilateral.

Na referida entrevista, é possível identificar alguns fundamentos que servem de suporte à posição assumida pela Rússia, face à independência do Kosovo.

O primeiro é relativo à questão legal, onde é declarado que defender a DUIK é amoral e contra a lei, uma vez que a integridade territorial dos Estados é um dos princípios fundamentais da lei internacional.

O segundo refere-se ao pressuposto de que o Kosovo deve ser visto como um caso único e sem precedentes. Putin simplesmente repudia esta tese, afirmando que existem muitos outros casos equiparáveis ao do Kosovo, defendendo, de seguida, que devem ser definidos pela comunidade internacional um conjunto de princípios que sirvam de referencial universal para a resolução de conflitos semelhantes.

Acrescenta ainda que decisões neste âmbito não devem ser tomadas em função dos interesses de um ou mais países porque, se tal for o caso, a lei internacional e a ordem global estarão ser fragilizadas e colocadas em causa. O fraco papel que as leis internacionais têm hoje é, segundo o então Presidente russo, forte motivação para a corrida ao armamento que se verifica ao nível dos pequenos Estados, uma vez que a fragilidade da aplicação das leis internacionais os deixa inseguros e desprotegidos (Putin, 2008).

Face às fundamentações apresentadas, não se afigura como provável uma mudança de posição por parte da Rússia, sendo que esta apenas apoiará uma solução concertada entre as partes envolvidas, designadamente entre a Sérvia e o Kosovo.

É neste quadro de dissonância que a actual situação do Kosovo é vista pela comunidade internacional estatal. Facto é que o factor “reconhecimento” é fulcral no processo de viabilização de um Kosovo independente uma vez que, de forma directa ou indirecta, poderá “... desencorajar investimentos, impedir o Kosovo de aceder a empréstimos de instituições internacionais e colocar entraves à livre circulação dos

¹⁴ Não foi identificada qualquer declaração oficial da Rússia após a DUIK.



kosovares. [O reconhecimento] terá um profundo impacte na futura viabilidade do Kosovo enquanto Estado.” (NewYorkTimes, 2008).

Percebe-se que um consenso generalizado dos Estados relativo à aceitação de um Kosovo independente passará pela obtenção de um patamar de entendimento entre Pristina e Belgrado. Apesar de, à partida, este não ser um cenário expectável no curto prazo, essencialmente devido ao extremar de posições quanto ao estatuto da região, existem factores externos que se poderão assumir como facilitadores da obtenção de uma solução de compromisso entre as partes. Destaca-se, neste contexto, o papel que algumas organizações internacionais poderão vir a desempenhar no processo de resolução do actual impasse político.

b. As Organizações

A UE afigura-se como um actor incontornável no quadro da questão kosovar, seja pelo seu efectivo envolvimento político no processo, seja pelas repercussões que um reavivar do conflito possa vir a trazer para a segurança na região leste da Europa. Contudo, a principal mais-valia que a UE pode trazer ao processo de estabilização e consolidação do Kosovo prende-se, sobretudo, com o atractivo que a adesão constitui para os dois principais actores envolvidos – Kosovo e Sérvia.

A UE sabe que terá que lidar com o processo quer no presente, quer no futuro, numa permanente tentativa de evitar que o conflito entre a Sérvia e os kosovares albaneses não fomenta um novo foco de instabilidade na Europa (Correa, 2007). O seu sucesso na resolução do problema do Kosovo está intimamente ligado ao sucesso da política externa da UE. A capacidade da União em conseguir no campo diplomático um patamar de diálogo entre Pristina e Belgrado constituirá um marco fundamental no seu sucesso e na estabilidade regional (Serronha, 2011).

A UE tem vindo a actuar activamente desde 1999, quer ao nível político, onde se tem destacado nos processos negociais com vista à obtenção de um patamar de entendimento, quer ao nível financeiro, onde tem vindo a efectuar um importante esforço destinado a apoiar a criação das instituições kosovares e a favorecer o desenvolvimento socio-económico da região (figura 12).

Importa sublinhar que os esforços da UE, no sentido de criar condições financeiras para a sustentabilidade do Kosovo, têm ido além da disponibilização de verbas próprias,

tendo-se assumido mesmo como actor angariador de verbas provenientes da comunidade internacional. Refira-se, a título de exemplo, a sua liderança numa “conferência de doadores” que teve lugar em Bruxelas a 11 de Julho de 2008 (Comissão Europeia, 2011). Note-se que este evento teve lugar 5 meses após a DUIK, o que demonstra claramente o forte empenhamento da UE no apoio a um Kosovo independente.

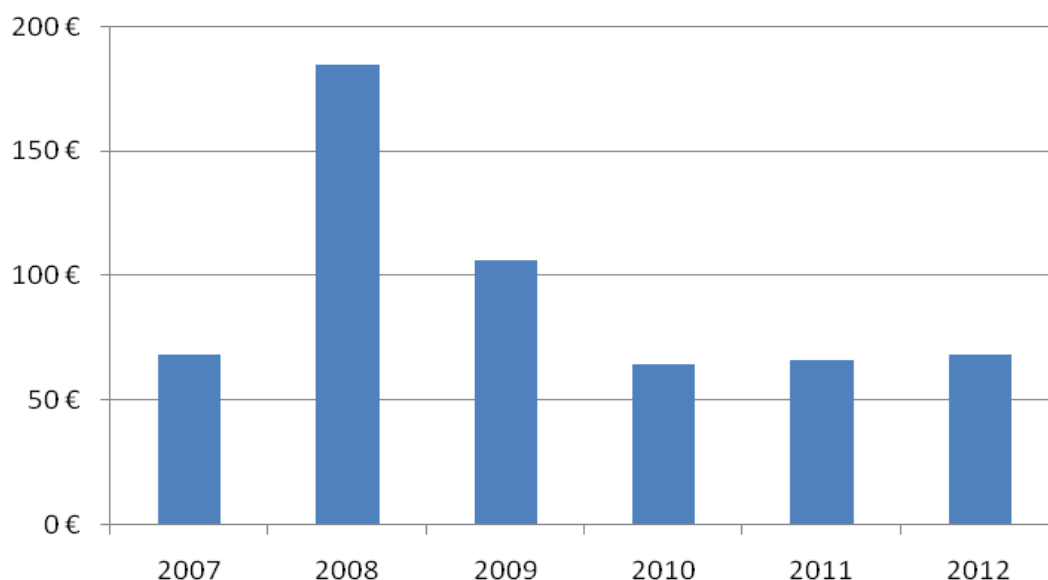


Figura 12 – Assistência financeira da EU ao Kosovo (valores em milhões de Euros)

Fonte: Comissão Europeia, 2011

Actualmente, a UE assume um papel de relevância no território através da sua missão *European Union Rule of Law Mission in Kosovo* (EULEX)¹⁵ que, sob o lema “*partnership for Justice*”, tem vindo a actuar no Kosovo com o objectivo central de apoiar as instituições de justiça, as autoridades judiciais e os organismos de imposição da lei, no seu progresso em direcção à sustentabilidade e responsabilização. Adicionalmente, tem como função contribuir para o desenvolvimento e fortalecimento de um sistema de justiça e de um sistema policial multi-étnico. A implementação da missão EULEX resulta de uma decisão dos estados membros, datada de Fevereiro de 2008, tendo atingido a sua IOC em 9 de Dezembro de 2008 e a FOC em 6 de Abril de 2009 (EULEX, 2011).

¹⁵ Missão executada no âmbito da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD).



A UE, no sentido de apoiar as autoridades kosovares no desenvolvimento de um Kosovo estável, viável, pacífico e multi-étnico, designou também o *European Union Special Representative* (EUSR)¹⁶ (EUSR, 2011).

Pese embora a relevância que aquelas duas contribuições da UE têm actualmente no Kosovo, o principal papel político que a União poderá vir a desempenhar na região dos Balkans e, em particular no Kosovo, prende-se com a atracção que a adesão à União constituiu para aqueles países. Em 2003, o então presidente do Conselho Europeu declarava, no final da Cimeira União Europeia – Balkans Ocidentais¹⁷, que “ [A União Europeia] *considera o acesso dos países balcânicos à União Europeia como uma necessidade.*”. Na mesma linha, Romano Prodi, à data Presidente da Comissão Europeia, vincava que “... *o processo de unificação europeia não ficará completo sem que os países dos Balkans Ocidentais se tornem membros da União Europeia*” (EU2003, 2003).

Mais recentemente, a UE voltou a afirmar a sua intenção de incluir o Kosovo no grupo de potenciais países que, no futuro, poderão vir a integrá-la. Vincando este último aspecto, note-se a intervenção de Catherine Ashton¹⁸ congratulando-se com a deliberação do TIJ¹⁹ e afirmando que tanto a Sérvia como o Kosovo “...*têm o seu lugar na UE*”. A UE tem vindo a acreditar que o atractivo de uma possível futura admissão dos dois países poderá funcionar como factor moderador das posturas algo radicais de ambas as partes (Rodrigues, 2010: 2).

A propósito da participação da UE no processo “Kosovo”, Martii Ahtisaari defende claramente que o Kosovo é um problema da Europa, pelo que compete à UE transformá-lo numa história de sucesso. Defende ainda que a posição dos 5 Estados membros que se recusam a aceitar um Kosovo independente – Espanha, Chipre, Grécia, Roménia e Eslováquia – só fragiliza a acção da UE (Project Syndicate, 2009).

¹⁶ Actualmente o EUSR assume simultaneamente a liderança do *International Civilian Office (ICO)*. Esta estrutura foi criada por um grupo de 25 países (*International Steering Group (ISG) for Kosovo*) que reconheceram o Kosovo como independente, mas que pretendem acompanhar de perto a implementação da *Comprehensive Proposal for the Kosovo Status Settlement* – Plano Ahtisaari – pelo actual Governo kosovar. Destaca-se a presença neste Grupo dos EUA, da Alemanha, da França, Reino Unido, da Itália e da Turquia.

¹⁷ Normalmente referenciada por Cimeira de Tessalónica.

¹⁸ Vice-presidente da Comissão Europeia e Alto-representante da União para os Negócios Estrangeiros e para a Política de Segurança e Defesa.

¹⁹ Ver Capítulo 2, subcapítulo d.

Além disso, o processo de admissão do Kosovo à UE não se afigura como tarefa fácil, dado que esta falta de unanimidade dos Estados membros relativamente ao reconhecimento do Estado kosovar não será fácil de ultrapassar (figura 13).

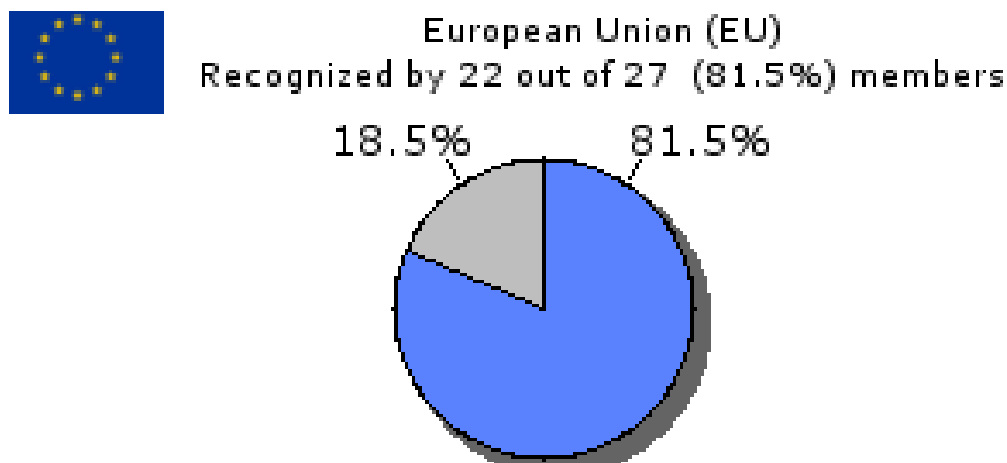


Figura 13 – Reconhecimento da República do Kosovo entre os Estados-Membros da UE

Fonte: Kosovothanksyou, 2011

Pese embora a falta de consenso entre os Estados da UE, Bruxelas continua, no quadro das suas Políticas Segurança e Defesa (PESD/PCSD), a desenvolver esforços políticos para que a situação criada pela DUIK não venha a constituir-se como um foco de instabilidade e de conflitualidade às portas da Europa. É neste âmbito que em Março deste ano a UE voltou a patrocinar uma cimeira entre Pristina e Belgrado, com o objectivo de “...promover a cooperação e de aproximar Pristina e Belgrado da UE.” (European Union, 2011).

Em oposição ao papel cada vez mais relevante e intenso da UE, quer em termos políticos, numa tentativa de encontrar uma solução sustentável para a situação, quer em termos económico-financeiros, vertente onde tem feito um enorme esforço para criar condições para que o Kosovo estabilize e progrida, as Nações Unidas aparecem cada vez mais relegadas para segundo plano neste cenário.

A intervenção da ONU no Kosovo poderá, de uma forma resumida, ser vista através de 3 vectores: i) Intervenção no terreno através da UNMIK; ii) Reconhecimento do



novo Estado; e iii) Elemento facilitador da integração do Kosovo na comunidade internacional.

No primeiro ponto, a ONU encontra-se praticamente bloqueada na sua acção de execução no terreno. Face à indisponibilidade de alguns países com direito de veto no CSNU para viabilizarem uma solução que substitua ou actualize a Resolução 1244, o papel da ONU no Kosovo, designadamente a sua representação no terreno, a UNMIK, fica desajustado. A forma como a UNMIK continua a actuar, mantendo uma posição de neutralidade face ao actual estatuto do Kosovo (declaração de independência), não lhe permite ter condições para assumir um papel significativo no apoio à sustentabilidade do Kosovo. Este facto tem sido agravado pela postura de hostilidade assumida pelas Instituições kosovares, bem como pela própria sociedade kosovar albanesa (Serronha, 2011). Aliás, o actual contexto tende para que a UNMIK seja apenas aceite no Norte de maioria Sérvia e que, pelo contrário, a EULEX seja apenas aceite no Sul (Cunha, 2011).

Relativamente ao reconhecimento do Estado do Kosovo pela ONU, esta organização, não sendo um Estado ou um governo, não possui autoridade de reconhecimento de Estados ou de Governos. Efectivamente, a ONU é constituída por membros, sendo-lhe apenas reservado o direito de aceitar, ou não, os Estados que se propõe aderir à Organização. Existem no processo dois grandes pontos decisivos para o Estado que solicita a adesão: a aprovação do CSNU, onde tem que obter aprovação de 9 dos 15 membros, sem que nenhum dos possíveis votos contra sejam dos membros permanentes; após proposta do CSNU, a aprovação pela AGNU, onde é necessária obter uma maioria mínima de 2/3 (ONU, 2011).

Neste aspecto relativo à possível adesão do Kosovo à ONU, e uma vez mais, parece existir um impasse que, sem um patamar de entendimento entre Pristina e Belgrado, não poderá ser ultrapassado, uma vez que Rússia e China assumidamente não aprovarão, ao nível do CSNU, a adesão do Kosovo. Neste particular, o número de Estados que venham a reconhecer o Kosovo não terá qualquer influência no processo, uma vez que o pedido nem chegará a ser apresentado à AGNU. Neste momento, apenas 75 dos 192 Estados membros da ONU, pouco mais de 1/3, já reconheceram a nova República do Kosovo (figura 14).



United Nations (UN)
Recognized by 75 out of 192 (39.1%) members

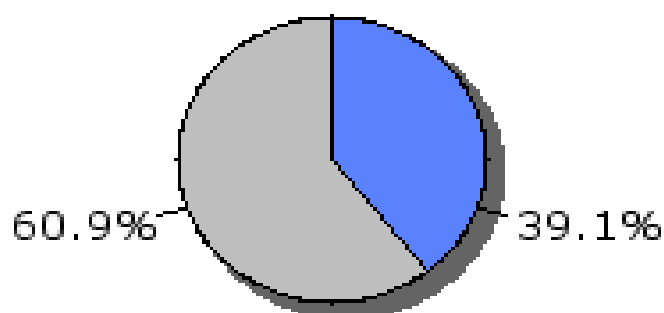


Figura 14 – Reconhecimento da República do Kosovo entre os Estados-Membros da ONU

Fonte: Kosovothankyou, 2011

Parece ser consensual que este facto, pese embora não seja fulcral para que o Kosovo se assuma como Estado viável, é extremamente limitativo da sua integração plena na comunidade internacional, mormente ao nível da sua relação e integração em organizações que, directa ou indirectamente, dependem da adesão do Estado à ONU.

É precisamente neste ponto que o terceiro vector de intervenção da ONU no Kosovo poderá ainda assumir-se como uma mais-valia para a estabilização, desenvolvimento e integração do Kosovo. Actualmente, para muitas das suas relações externas, o Kosovo ainda necessita do apoio da UNMIK, uma vez que muitas entidades e organizações, ao não reconhecerem a independência do Kosovo, apenas aceitam o relacionamento institucional através da UNMIK, enquanto entidade responsável pela administração do Kosovo (Serronha, 2011).

A intervenção da ONU no futuro está assim fortemente limitada pelo CSNU. Face ao impasse criado devido à posição assumida por dois dos membros com direito de veto, a ONU apenas poderá continuar a intervir de forma muito limitada e até desenquadrada da actual realidade estando, por este facto, longe de se poder assumir como um actor relevante no processo de estabilização e de viabilização de um Kosovo independente.

Para tentar perceber um pouco melhor o actual enquadramento do Kosovo, importa lançar um breve, mas fundamental, olhar sobre outras organizações com relevância no panorama mundial:



- ✓ Desde Junho de 2009 que o Kosovo foi aceite como membro do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM), estando em curso planos de apoio ao desenvolvimento do país;
- ✓ Ao nível da NATO, 24 dos 28 Estados membros já reconheceram o Kosovo como Estado independente (86%);
- ✓ Dos 47 países membros do Conselho da Europa, 33 já reconheceram o Estado kosovar (70%);
- ✓ A Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), que conta com 56 membros, já viu 35 deles reconhecerem a República do Kosovo (62%);
- ✓ No designado grupo do G-8, apenas a Rússia ainda não reconheceu o novo país (87%);
- ✓ A Liga Árabe é constituída por 22 Estados membros, dos quais apenas 10 reconheceram o Kosovo como Estado independente (45%);
- ✓ No seio da Organização da Conferência Islâmica, apenas 20 dos seus 57 membros reconheceu oficialmente o novo estatuto do Kosovo (35%).



Conclusões

O Kosovo declarou de forma unilateral a sua independência da Sérvia a 17 de Fevereiro de 2008, marcando desta forma o surgimento da República do Kosovo. Este facto viria a originar na agenda internacional diversas discussões. Um dos aspectos mais debatidos foi a possibilidade de a nova República ter, ou não, condições para se afirmar como actor Estatal no xadrez internacional.

Foi esta dúvida, assumida por algumas personalidades referenciadas neste estudo, que suscitou a definição do tema base da investigação, bem como a subsequente definição da QC.

A avaliação desenvolvida permitiu identificar que a localização geográfica do Kosovo teve um importante impacte na decisão de intervenção militar no Kosovo em 1999, continuando actualmente a ser aquele factor que motiva muito do apoio político e económico que o Kosovo tem vindo a receber.

Algumas das características demográficas da população kosovar são também factor de possível viabilidade de um futuro Estado independente e sustentável, onde o esforço educacional que tem vindo a ser desenvolvido no sentido de aumentar os índices de formação da população e a baixa idade média da população, numa Europa cada vez mais envelhecida, se podem tornar importantes mais-valias.

Os importantes investimentos efectuados, ou já planeados, pela comunidade internacional nos últimos anos, têm vindo igualmente a contribuir para a criação de condições favoráveis ao desenvolvimento da sustentabilidade económica kosovar. Da mesma forma, a adopção do Euro como moeda, associada ao significativo envio de remessas monetárias pela diáspora, são factores financeiros de grande relevância para aquela sustentabilidade.

A dificuldade em implementar um estado de direito, nomeadamente ao nível da governação, constitui-se como uma importante fragilidade da nova República. Actualmente, o governo kosovar não tem capacidade para impor a sua autoridade em todo o território (e.g. região Norte de maioria Sérvia) o que, juntamente com a proliferação da criminalidade organizada, com os elevados níveis de corrupção e com a estrutura de clãs ainda fortemente implantada e influenciadora dos partidos políticos, tornam as instituições kosovares altamente enfraquecidas. Este enfraquecimento torna-se ainda mais acentuado



quando, como tem vindo a acontecer, os principais líderes políticos são associados às actividades criminosas fortemente implementadas no território.

Apesar dos diversos planos/projectos de viabilidade económica propostos pelas organizações internacionais, a equação económica onde o desemprego, a corrupção, o elevado nível de pobreza, a debilidade das infra-estruturas de apoio à economia, o baixo nível tecnológico, e a consequente dependência da importação são variáveis fulcrais, não parece fácil de resolver.

Os factores económicos, para além do impacte que têm no desenvolvimento e na viabilidade do novo país, encontram-se directamente ligados aos aspectos sociais, sendo apontados pela população como possível catalisador de movimentos de instabilidade e de conflitualidade interna.

O Kosovo tem vindo a ultrapassar as enormes dificuldades económico-financeiras com que se depara apenas devido à forte ajuda internacional. Os tempos em que o Kosovo deixará de ser “sustentado” pela comunidade internacional não parecem estar para breve.

No que ao factor militar e de segurança diz respeito, é possível identificar dois tipos de vulnerabilidades que podem colocar em causa a viabilidade do Kosovo enquanto Estado. Uma primeira coloca-se ao nível da soberania externa do Estado, onde a capacidade militar para defesa territorial é elemento essencial. A incapacidade de fazer valer a autoridade das forças de segurança em todo o território reclamado como pertencente à República do Kosovo é um segundo aspecto que, de forma clara, coloca em causa a autoridade interna do Estado.

A resposta à questão derivada número um foi assim dada no primeiro capítulo, não tendo a análise efectuada validado a hipótese com o mesmo número. Esta previa que a nova República apresentasse potencialidades geopolíticas e geoestratégicas que permitissem perspectivar a sua afirmação como Estado independente. Contudo, apesar de existirem algumas, não são consideradas suficientemente relevantes para se sobreponem às vulnerabilidades identificadas, limitando desta forma a validação da hipótese colocada.

Numa outra vertente, a investigação desenvolvida no capítulo dois permitiu perceber que a Resolução 1244, *per si*, não garante o suporte necessário para se chegar a uma qualquer conclusão relativamente à validade jurídica da independência unilateral do Kosovo. Contudo, foi possível apreender que a intervenção da ONU, no quadro daquela Resolução, criou condições propícias à opção tomada pelos kosovares albaneses.



No que à validação dos critérios definidos pela Convenção de Montevideo para a existência de um Estado diz respeito, o Kosovo apresenta elementos que validam parcialmente aqueles critérios, designadamente ao nível do território, da população e do governo. Contudo, face à enorme dependência do autoproclamado país de entidades internacionais para o seu relacionamento com o exterior, e face à forte limitação do estado no exercício da sua autoridade no interior do seu território, o critério soberania não foi considerado como verificado.

O princípio de auto-determinação dos povos é um dos mais discutidos temas do DIP, uma vez que colide directamente com o direito à integridade territorial dos Estados. A aplicação de um referencial de análise, proposto por um renomeado jurista internacional, ao caso de independência unilateral do Kosovo, permitiu perceber que a referida independência poderá ser validada à luz do direito de auto-determinação dos povos. Esta conclusão é reforçada pelo facto de alguns Estados fundamentarem o reconhecimento da República kosovar, com base naquele direito, conforme analisado no capítulo três.

O TIJ defendeu no seu parecer a legalidade da DUIK, e não a legalidade da independência unilateral propriamente dita. Escusou-se assim a emitir uma opinião sobre aspectos legais que pudessem orientar a comunidade internacional para a legalidade, ou ilegalidade, da independência em causa. O parecer tornou-se assim um instrumento de pouco peso na discussão internacional relativa à legalidade do surgimento do novo Estado. Este facto levou a comunidade internacional a reagir com alguma indiferença ao parecer, como foi possível verificar no capítulo três, onde foi analisado o processo de reconhecimento internacional da autoproclamada República.

A questão derivada número dois foi assim respondida no capítulo dois. Da mesma forma, foi validada a hipótese dois, uma vez que o indicador relativo à auto-determinação dos povos foi identificado como elemento de legitimação da independência do Kosovo à luz do DIP.

A viabilidade de um novo Estado está sobretudo relacionada com o seu reconhecimento por parte dos outros Estados o que, consequentemente, influencia também o posicionamento das grandes organizações internacionais, que agem de acordo com as decisões tomadas pelos seus Estados membros.

O estudo desenvolvido permitiu perceber que o apoio dado à independência do Kosovo por alguns dos Estados com maior capacidade de influência nas decisões



colectivas internacionais é um factor fundamental, quer para a validação da existência da República do Kosovo, quer para a sua sustentabilidade e viabilidade. A declaração formal de reconhecimento, o estabelecimento de relações diplomáticas e os apoios directos dados na vertente diplomática e económica são os principais vectores de intervenção daqueles Estados no apoio à sustentabilidade de um Kosovo Independente. Acresce que ao nível regional, a maioria dos países também já declararam o seu apoio ao autoproclamado novo estatuto do Kosovo. Este facto revelou-se um enorme contributo para a aceitação do Kosovo independente, uma vez que a aprovação do surgimento do novo Estado pelos Estados vizinhos, se assume como uma enorme mais-valia para a viabilidade política da República do Kosovo.

O futuro do Kosovo depende muito da relação e da aceitação que venha a obter junto dos Estados da comunidade internacional. Porém, a sua viabilidade e estabilidade estará intimamente ligada à forma como as principais organizações mundiais se empenharem e conduzirem a sua acção em relação ao Kosovo. A investigação desenvolvida permitiu perceber que, também neste quadro, o Kosovo encontra apoios facilitadores da sua viabilização como Estado independente, destacando-se o papel da UE fortemente empenhada em, principalmente através da motivação que a adesão constitui quer para o Kosovo, que para a Sérvia, solucionar um problema que pode colocar em causa a estabilidade e a segurança europeia. Para além do fulcral papel da UE, outros factos ao nível das organizações são de extrema relevância para a viabilidade do Estado kosovar, designadamente a adesão ao FMI e ao BM; o reconhecimento por sete dos oito países do G-8; a validação de um Kosovo independente por 24 dos 28 países da NATO.

Contudo, ao nível da ONU, a situação apresenta alguns factores que, nesta fase, criam algumas dificuldades à total integração da República do Kosovo na comunidade internacional. Dois dos membros permanentes com direito de veto no CSNU continuam a reconhecer o Kosovo como parte da Sérvia, inviabilizando por isso decisões cujo enquadramento contemple o Estado independente do Kosovo. Merecem destaque, como decisões da ONU que contribuiriam significativamente para a afirmação internacional da República kosovar, a aprovação de uma nova Resolução que actualize a intervenção da ONU ao quadro de independência do Kosovo, bem como a criação de condições para a adesão à ONU do Kosovo enquanto Estado independente.



A análise apresentada no capítulo três deu assim resposta à última questão derivada, tendo igualmente permitido validar a terceira hipótese, na medida em que permitiu confirmar que o ambiente internacional actual existente cria condições favoráveis à existência do Kosovo enquanto Estado independente.

Em resposta à questão central, a presente investigação permitiu concluir que, face ao actual cenário identificado, se pode perspectivar que a afirmação do Kosovo como Estado independente é uma realidade com fortes perspectivas de futuro. Embora tenham sido identificadas importantes vulnerabilidades geopolíticas/geoestratégicas e tenha sido referenciada a enorme dificuldade de consenso da comunidade internacional no que à questão de *jure* diz respeito, o elevado nível de empenhamento de uma influente parte da comunidade internacional na viabilização da jovem República do Kosovo permite perceber que, quaisquer das soluções que venham a ser encontradas para resolver ou minimizar as actuais questões ainda pendentes, terão que ser conseguidas tendo como base um Kosovo independente, uma vez que a existência da República do Kosovo parece ser um facto irreversível.



Referências bibliográficas

1BIMec (2010). *Relatório de Fim de Missão do 1BIMec/BrigMec/KFOR*.

1BIPara (2008). *Relatório de Fim de Missão do 1BIPara/FND/KFOR*.

AGNU (1995). *Declaração por ocasião do 50.º aniversário das Nações Unidas* [em linha]. 24 de Outubro de 1995. [referência de 24 de Janeiro de 2011]. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/res/50/a50r006.htm>>.

BATISTA, Eduardo Correia (2004). *Direito Internacional Público – Volume II*. Coimbra: Almedina.

BOLTON, Grace, VISOKA, Gezim (2010). *Recognizing Kosovo's independence: Remedial secession or earned sovereignty?* [em linha]. Outubro de 2010 [referência de 23 de Fevereiro de 2011]. Disponível em: < <http://www.sant.ox.ac.uk/seesox/pdf/RecognizingKosovosindependence.pdf>>.

BORGEN, Christopher J. (2008). *Kosovo's Declaration of Independence: Self-Determination, Secession and Recognition* [em linha]. American Society of International Law, 29 de Fevereiro de 2008 [referência de 13 de Fevereiro de 2011]. Disponível em: < <http://www.asil.org/insights080229.cfm>>.

BORGEN, Christopher J. (2010). *The Kosovo Advisory Opinion, Self Determination, and Secession* [em linha]. 23 de Setembro de 2010 [referência de 13 de Fevereiro de 2011]. Disponível em: <<http://opiniojuris.org/2010/07/23/the-kosovo-advisory-opinion-self-determination-and-secession/>>.

BROWNLIE, Ian (1997). *Princípios de Direito Internacional Público*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

CAPLAN, Richard (2010). *The ICJ's Advisory Opinion on Kosovo* [em linha]. 17 de Setembro de 2010 [referência de 13 de Fevereiro de 2011]. Disponível em: <<http://www.usip.org/publications/the-icj-s-advisory-opinion-kosovo>>.



CARVALHO, Manuel Proença (2010). *Manual de ciência política e sistemas políticos e constitucionais*. 3ª ed., revista e actualizada. Lisboa: Quid Juris.

CHOMSKY, Noam (2001). *O novo humanismo militar – Lições do Kosovo*. Porto: Campo das Letras.

CIA (2011). *The world fact book* [em linha]. [referência de 13 de Janeiro de 2011]. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/kv.html>>.

CIERCO, Teresa (2011). Doutorada em Ciência Política e Relações Internacionais. Professora Auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade da Beira Interior. Tema da entrevista: *O Kosovo à luz do Direito Internacional Público*. Realizada, via e-mail, em Fevereiro de 2011.

COMISSÃO EUROPEIA (2011). *Kosovo under UNSCR 1244 - Financial Assistance* [em linha]. 10 de Março de 2011 [referência de 15 de Março de 2011]. Disponível em: <http://ec.europa.eu/enlargement/potential-candidates/kosovo/financial-assistance/index_en.htm>.

CONSTITUTIONAL WORKING GROUP GOVERNMENT OF KOSOVO (2011). *Constitution of the Republic of Kosovo* [em linha]. 07 de Abril de 2008 [referência de 24 de Janeiro de 2011]. Disponível em: <<http://www.kushtetutakosoves.info/?cid=2,302>>.

CONVENÇÃO DE MONTEVIDEO SOBRE OS DIREITOS E DEVERES DOS ESTADOS [em linha]. 26 de Dezembro de 1933 [referência de 21 de Janeiro de 2011]. Disponível em: < [http://www.cosmopolitikos.com/Documents/Montevideo%20\(1933\).pdf](http://www.cosmopolitikos.com/Documents/Montevideo%20(1933).pdf) >.

CORREA, Embaixador António Tânger (2007). Não há independência do Kosovo sem acordo da EU. *Revista Visão*, 15 de Novembro de 2007, p. 90-91.

CORREIA, Pedro de Pazarat (2004). *Manual de Geopolítica e Geoestratégia, Volume II*. Coimbra: Edições Quarteto.



COUTO, Abel Cabral (1988). *Elementos de estratégia – Apontamentos para um curso - Volume I*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.

CSNU (1999). *Resolução S/RES/1244* [em linha]. 10 de Junho de 1999 [referência de 15 de Dezembro de 2010]. Disponível em: <<http://www.unmikonline.org/press/reports/N9917289.pdf>>.

CSNU (2008). *Security Council meets in emergency session following kosovo's declaration of independence* [em linha]. 18 de Fevereiro de 2008 [referência de 15 de Dezembro de 2010]. Disponível em: <<http://www.un.org/News/Press/docs/2008/sc9252.doc.htm>>.

CUNHA, Raul (2008a). *Chefe da missão das Nações Unidas no Kosovo alerta para os pontos fracos do novo país* [em linha]. 17 de Fevereiro de 2008. [referência de 13 de Janeiro de 2011]. Disponível em: <<http://tv1.rtp.pt/noticias/?article=191462&&headline=46&visual=9&tm=7&>>.

CUNHA, Raul (2008b). *Kosovo é um Estado falhado, diz chefe militar da missão das Nações Unidas no terreno* [em linha]. 07 de Outubro de 2008. [referência de 13 de Janeiro de 2011]. Disponível em: <<http://tv1.rtp.pt/noticias/index.php?headline=46&visual=9&tm=7&t=Kosovo-e-um-Estado-falhado-diz-chefe-militar-da-missao-das-Nacoes-Unidas-no-terreno.rtp&article=202435>>.

CUNHA, Raul (2009). *Relatório de fim de Missão do Major General Raul Cunha*.

CUNHA, Raul (2010). Revista militar. *A situação no Kosovo e as suas perspectivas* [em linha]. 2010, no. 2494 [referência de 18 de Outubro de 2010]. Disponível em: <<http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=522>>.

CUNHA, Raul (2011). Ex-Conselheiro Militar do Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas no Kosovo e Ex-Chefe dos Oficiais de Ligação Militares no Kosovo, no período 2005/2009. Actual comandante da BrigRR. Tema da entrevista: *A viabilidade do Kosovo numa perspectiva geopolítica/geoestratégica e de contexto internacional*. Realizada, de forma presencial, em 17 de Janeiro de 2011.



CURSO EM OPERAÇÕES DE PAZ E ACÇÃO HUMANITÁRIA. Palestras: *Kosovo enquadramento de Operações de Apoio à Paz e Kosovo uma experiência de Comando*. 27 de Novembro de 2010. Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e Exército Português/Comando da Brigada de Intervenção: Coimbra.

CUTILEIRO, José (2008a). *Embaixador José Cutileiro afirma que "o Kosovo não tem viabilidade nenhuma"* [em linha]. 14 de Fevereiro de 2008. [referência de 13 de Março de 2011]. Disponível em: <<http://www.rtp.pt/icmblogs/rtp/kosovo/?k=Embaixador-Jose-Cutileiro-afirma-que-o-Kosovo-nao-tem-viabilidade-nenhuma.rtp&post=1004>>.

CUTILEIRO, José (2008b). *Embaixador José Cutileiro teme "efeito dominó" provocado pela declaração de independência do Kosovo* [em linha]. 17 de Fevereiro de 2008. [referência de 13 de Março de 2011]. Disponível em: <<http://tv1.rtp.pt/noticias/?article=191463&&headline=46&visual=9&tm=7&>>.

DINH, Nguyen Quoc, DAILLIER, Patrick, PELLET, Alain (1999). *Direito Internacional Público*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

DREBES, Josué Scheer (2009). *A independência do Kosovo: A controversa emergência de um Estado na ordem política internacional* [em linha]. 27 de Novembro de 2009 [referência de 13 de Fevereiro de 2011]. Tese desenvolvida para obtenção de grau académico em Ciências Jurídicas e Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Direito, Porto Alegre. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/pdf/cj026805.pdf>.

DUIK (2008) [em linha]. 17 de Fevereiro de 2008 [referência de 14 de Dezembro de 2010]. Disponível em: <http://www.assembly-kosova.org/common/docs/Dek_Pav_e.pdf>.

ECIKS (2009). *Investing in Kosovo 2009* [em linha]. Maio de 2009 [referência de 10 de Janeiro de 2011]. Disponível em: <http://www.eciks.org/english/publications/investorguide09.pdf>.



ECIKS (2010). *Factsheet Kosovo* [em linha]. 2010 [referência de 10 de Janeiro de 2011]. Disponível em: < http://www.eciks.org/english/publications/FactSheet_2010_Web.pdf>

ENTERPRISE SURVEYS (2010). *Republic of Kosovo, Profile 2009* [em linha]. Janeiro de 2010 [referência de 20 de Janeiro de 2011]. Disponível em: <<http://www.enterprisesurveys.org/documents/EnterpriseSurveys/Reports/Kosovo-2009.pdf>>.

ESCARAMEIA, Paula (2001). *Reflexões sobre temas de Direito Internacional Público – Timor, a ONU e o Tribunal Penal Internacional*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

EU2003 (2003). *EU-Western Balkans Summit: Presidency press conference*. [em linha]. 21 de Junho de 2003 [referência de 23 de Fevereiro de 2011]. Disponível em: <<http://www.eu2003.gr/en/articles/2003/6/21/3129/>>.

EULEX (2011). *Basic Facts* [em linha]. [referência de 27 de Fevereiro de 2011]. Disponível em: <<http://www.eulex-kosovo.eu/docs/info/basic/Basic-ENG.jpg>>.

EURONEWS (2010). *Kosovo: Sérvia não reconhece independência* [em linha]. 23 de Julho de 2008 [referência de 23 de Fevereiro de 2011]. Disponível em: <<http://pt.euronews.net/2010/07/23/kosovo-servia-nao-reconhece-independencia/>>.

EURONEWS (2011). *Diálogo histórico entre a Sérvia e o Kosovo* [em linha]. 08 de Março de 2011 [referência de 09 de Março de 2011]. Disponível em: <<http://pt.euronews.net/2011/03/08/dialogo-historico-entre-a-servia-e-o-kosovo/>>.

EURONEWS (2011). *Oposição denuncia fraude nas eleições legislativas do Kosovo*. [em linha]. 13 de Dezembro de 2010. [referência de 13 de Janeiro de 2011]. Disponível em: <<http://pt.euronews.net/2010/12/13/oposicao-denuncia-fraude-nas-eleicoes-legislativas-do-kosovo/>>.

EUROPEAN UNION (2011). *Statement by the spokesperson of Catherine Ashton, EU High Representative on the start of the Belgrade - Pristina dialogue* [em linha]. 8 de



Março de 2011 [referência de 13 de Março de 2011]. Disponível em: <http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/119663.pdf>.

EUSR (2011). *About the European Special Representative in Kosovo* [em linha]. [referência de 27 de Fevereiro de 2011]. Disponível em: <<http://www.eusrinkosovo.eu/?id=2>>.

FERRO, Mónica Sofia do Amaral Pinto (2005). *Construção de Estados: As administrações internacionais das Nações Unidas*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

FONTES, José (2009). *Teoria geral do Estado e do Direito*. 2ª ed. Coimbra: Coimbra Editora.

FUKUYAMA, Francis (2006). *A construção de estados – Governação e ordem mundial no século XXI*. Lisboa: Gradiva.

GARCIA, Romualdo Bermejo, ESPADA, Cesáreo Gutiérrez (2008). *La independencia de Kosovo a la luz del derecho de libre determinación* [em linha]. 12 de Fevereiro de 2008 [referência de 15 de Fevereiro de 2011]. Disponível em: <http://tria.fcampalans.cat/images//DT7-2008_Bermejo_Gutierrez_Kosovo.pdf>.

GHANI, Ashraf, LOCKHART, Clare (2008). *Fixing Failed States*. New York: Oxford University Press.

GOUVEIA, Jorge Bacelar (1999). *Textos fundamentais de direito internacional*. Lisboa: Editorial Notícias.

GOUVEIA, Jorge Bacelar (2003). *Manual de direito internacional*. Coimbra: Almedina.

GUARDIAN (2011). *Report identifies Hashim Thaci as 'big fish' in organised crime* [em linha]. 24 de Janeiro de 2011. [referência de 24 de Janeiro de 2011]. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/world/2011/jan/24/hashim-thaci-kosovo-organised-crime>>.



IESM (2007). *ME-71-00-08 - Elementos de análise geopolítica e geoestratégica*. Lisboa: IESM.

IHS GLOBAL LIMITED (2010). *Jane's Sentinel Country Risk Assessments – Kosovo* [em linha]. 11 de Novembro de 2010 [referência de 28 de Outubro de 2010]. Disponível em: <<http://sentinel.janes.com.ezproxy.members.marshallcenter.org/subscribe/sentinel/country/Kosovo>>.

INNER CIRCLE LOGISTICS (2008). *The Silk Road of the 21st Century* [em linha]. 2008 [referência de 10 de Janeiro de 2011]. Disponível em: <<http://www.iclogistics.com/documents/wp/ICLogistics-Balkan%20Trade%20Corridors.pdf>>

KIM, Julie, WOEHLER, Steven (2008). *Kosovo and U.S. Policy: Background to Independence*. EUA: Congressional Research Service. Disponível em: <<http://www.fas.org/sgp/crs/row/RL31053.pdf>>

KINGDOM OF SPAIN (2009). *Accordance with international law of the unilateral declaration of independence in respect of Kosovo – Written Statement of the Kingdom of Spain Institutions* [em linha]. 14 de Abril de 2009 [referência de 29 de Janeiro de 2011]. Disponível em: <<http://www.icj-cij.org/docket/files/141/15644.pdf>>.

KLIMOV, Blagoy (2003). Munich Personal RePEc Archive. *Geopolitics vs. Globalization in the Balkans: The New Rivalries in the Energy and Transport Sectors* [em linha]. 08 de Junho de 2003 [referência de 28 de Dezembro de 2010]. Disponível em: <<http://mpa.ub.uni-muenchen.de/4112/>>.

KOSOVO MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS (2011). *Missions Abroad* [em linha]. [referência de 07 de Março de 2011]. Disponível em: <<http://www.ambasada-ks.net/?page=2,1>>

KOSOVOTHANKSYOU (2011). *Who recognized Kosovo as an Independent State?* [em linha]. [referência de 11 de Março de 2011]. Disponível em: <http://www.kosovothanksyou.com/>.



KUMBARO, Dajena (2001). *The Kosovo Crisis in an International Law perspective: Self-Determination, Territorial Integrity and the NATO Intervention* [em linha]. 16 de Junho de 2001 [referência de 10 de Fevereiro de 2010]. Disponível em: <<http://www.nato.int/acad/fellow/99-01/kumbaro.pdf>>.

LACI, Elton (2010). *Kosovo after Independence – Prospects for the integration into the EU* [em linha]. Outono de 2010 [referência de 13 de Janeiro de 2011]. Tese desenvolvida no âmbito do M.A. em Estudos Europeus, Universidade de Masaryk, Faculdade de Estudos Sociais, Departamento de Relações Internacionais e de Estudos Europeus, República Checa. Disponível em: http://is.muni.cz/th/363551/fss_m/Thesis_Elton_Laci.pdf.

LACOURT, Alice (2008). *The Approach of the United Kingdom. In CHATHAM HOUSE* (2008). *Kosovo: International Law and Recognition* [em linha]. 22 de Abril de 2008 [referência de 15 de Dezembro de 2010]. Disponível em: <http://www.chathamhouse.org.uk/files/11547_il220408.pdf>.

LOPES, José Alberto Azeredo (2001). *Nação e Defesa. A responsabilidade internacional do estado: entre codificação e realidade* [em linha]. Primavera 2001, no. 97 [referência de 25 de Outubro de 2010], p. 61-74. Disponível em: <<http://www.idn.gov.pt/publicacoes/resumo/nd/097.pdf>>.

MAQUIAVEL, Nicolau (2008). *O príncipe*. Lisboa: Editorial Presença.

MARTIN, Bridgette (2008). *Secession and Statehood: The International Legal Status of Kosovo* [em linha]. Outubro de 2008 [referência de 5 de Dezembro de 2010]. Tese desenvolvida no âmbito do M.A. em Direito, Universidade de Otago, Dunedin, Nova Zelândia. Disponível em: <http://www.otago.ac.nz/law/oylr/2008/Bridgette_Martin.pdf>.

MENDES, Carmen Amado, CIERCO, Teresa (2010). *Nação e Defesa. Trends of secession and retrocession in International Politics: the case of Taiwan and Kosovo* [em linha]. no. 126. (Artigo referenciado on-line na página do IDN mas ainda não disponível para consulta. Facultado directamente pelas autoras).



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO KOSOVO (2010). *Kosovo in figures 2009* [em linha]. Abril de 2010. [referência de 25 de Janeiro de 2011]. Disponível em: <http://esk.rks-gov.net/eng/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=853&tmpl=component&format=raw&Itemid=8>.

MIRANDA, Jorge (2009). *Curso de direito internacional público*. 4ª ed., revista e actualizada. Parede: Principia.

MOCKAITIS, Thomas R. (2004). *Civil-Military cooperation in peace operations: the case of Kosovo*. Carlisle, Pennsylvania: Strategic Studies Institute - U.S. Army War College.

MOREIRA, Adriano (1999). *Teoria das relações internacionais*. Coimbra: Almedina.

NEWYORKTIMES (2008). *EU split over recognition could undermine Kosovo* [em linha]. 19 de Fevereiro de 2008. [referência de 24 de Fevereiro de 2011]. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2008/02/19/world/europe/19iht-kosovo.4.10195375.html>>.

OBAMA, Barack (2008). *Obama on the Independence of Kosovo* [em linha]. 17 de Fevereiro de 2008. [referência de 13 de Março de 2011]. Disponível em: <<http://my.barackobama.com/page/community/post/samgrahamfelsen/gGgG2W>>.

OLIVEIRA, SOUSA, DUARTE (2008). *Independência do Kosovo: consequências geopolíticas e geoestratégicas*. In BOLETIM DE DIVULGAÇÃO DOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS PELOS ALUNOS DO CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.

ONU (2011). *About UN Membership* [em linha]. [referência de 02 de Março de 2011]. Disponível em: <<http://www.un.org/en/members/about.shtml>>.

OTERO, Edgardo (2006). *A Origem dos Nomes dos Países*. São Paulo: Panda Books.

PEREIRA, André Gonçalves, QUADROS, Fausto de (2002). *Manual de Direito Internacional Público*. 3ª ed. Revista e aumentada. Coimbra: Almedina.



PEREIRA, Carlos Alberto dos Santos (2009). *Revista Militar. Rússia a sombra do exército Vermelho* [em linha]. 01 de Julho de 2009, RM no. 2485/2486 [referência de 23 de Fevereiro de 2011]. Disponível em: <<http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=522>>..

PROJECT SYNDICATE (2009). *Kosovo is Europe's Responsibility* [em linha]. 11 de Fevereiro de 2009 [referência de 28 de Janeiro de 2011]. Disponível em: <<http://www.project-syndicate.org/commentary/ahtisaari3/English>>.

PÚBLICO ONLINE (2007). *Kosovo: Ahtisaari rejeita continuar negociações entre sérvios e albaneses* [em linha]. 19 de Março de 2007 [referência de 28 de Dezembro de 2010]. Disponível em: < http://www.publico.pt/Mundo/kosovo-ahtisaari-rejeita-continuar-negociacoes-entre-servios-e-albaneses_1288763>.

PUTIN, Vladimir (2008). *Entrevista do presidente da Rússia onde são apresentados os fundamentos relativos à situação do Kosovo* [em linha]. 14 de Fevereiro de 2008 [referência de 15 de Fevereiro de 2010]. Disponível em: <http://archive.kremlin.ru/eng/speeches/2008/02/14/1011_type82915_160266.shtml>.

QUIVY, Raymond, CAMPENHOUDT, Luc Van (2005). *Manual de Investigação Sociais*. Lisboa: Gradiva.

RÁDIO TELEVISÃO PORTUGUESA (2008). *Programa Grande Entrevista* [em linha]. 23 de Outubro de 2008. [referência de 13 de Novembro de 2010]. Disponível em: < http://ww1.rtp.pt/blogs/programas/grande_entrevista/?k=Diogo-Freitas-do-amaral2008-10-23.rtp&post=343>.

RAMONET, Ignacio (2003). *Guerras do Sec. XXI: Novos medos, novas ameaças*. Porto: Campo das Letras.

REIS, Bruno Cardoso. Nação e Defesa (2003). *Como se faz um Estado com a ajuda de estranhos – Intervenções externas e construção de Estados nos Balcãs do século XIX* [em linha]. Verão 2003, no. 105 - 2.^a série [referência de 29 de Outubro de 2010] p. 45-80. Disponível em: <<http://www.idn.gov.pt/publicacoes/resumo/nd/105.pdf>>



REUTERS (2010). *Kosovo PM's party leads, coalition talks loom* [em linha]. 14 de Dezembro de 2010. [referência de 14 de Janeiro de 2011]. Disponível em: <<http://uk.reuters.com/article/2010/12/14/uk-kosovo-election-idUKTRE6BB04120101214>>.

RICE, Condoleezza (2008). *Declaração sobre o Reconhecimento do Kosovo como Estado Independente* [em linha]. 18 de Fevereiro de 2008. [referência de 24 de Janeiro de 2011]. Disponível em: <<http://www.america.gov/st/texttrans-english/2008/February/20080218150254bpuh5.512637e-02.html>>.

RODRIGUES, Alexandre Reis (2010). *Jornal defesa e relações internacionais. A independência do Kosovo* [em linha]. Julho de 2010 [referência de 20 de Outubro de 2010]. Disponível em: <http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=531>.

RODRIGUES, Sónia (2008). Kosovo – A Transição democrática no Kosovo. *Relações Internacionais*. Revista N.º 20, Dezembro de 2008, p. 085-095.

RODRIGUES, Sónia (2008). Kosovo – Um impasse em transição. *Relações Internacionais*. Revista N.º 17, Março de 2008, p. 061-067.

RRECAJ, Besfort (2006). *The Right to Self-Determination and Statehood: The Case of Kosovo* [em linha]. [referência de 19 de Dezembro de 2010]. Disponível em: <<http://law.bepress.com/cgi/viewcontent.cgi?article=7080&context=expresso>>

SERRONHA, Marco (2011). *Deputy Commander da KFOR, desde 01 Setembro 2010. Tema da entrevista: A viabilidade do Kosovo numa perspectiva geopolítica/geoestratégica e de contexto internacional. Realizada, por videoconferência, em 02 de Fevereiro de 2011.*

SGNU (1999). *Comunicação de acordo alcançado entre a NATO e a RFJ ao Conselho de Segurança das NU* [em linha]. 15 de Junho de 1999 [referência de 15 de Dezembro de 2010]. Disponível em: <<http://www.un.org/peace/kosovo/s99682.pdf>>.

SIC ONLINE (2010). *ONU preocupada com tensões étnicas no norte do Kosovo* [em linha]. 13 de Novembro de 2010 [referência de 19 de Novembro de 2010]. Disponível



em: <http://sic.sapo.pt/online/noticias/mundo/ONU+preocupada+com+tensoes+etnicas+no+norte+do+Kosovo.htm>>.

SILVA, Aníbal Cavaco (2008). *Cavaco Silva defende decisão ponderada de Portugal face à independência do Kosovo* [em linha]. 22 de Fevereiro de 2008. [referência de 23 de Março de 2011]. Disponível em: <<http://tv1.rtp.pt/noticias/?article=191474&&headline=46&visual=9&tm=7>>.

SOARES, Gina (2008). Instituto de Estudos Estratégicos - Lumiar Briefs. *Os corredores energéticos do Mar Cáspio* [em linha]. Dezembro de 2008 [referência de 28 de Dezembro de 2010]. Disponível em: <<http://www.ieei.pt/publicacoes/exemplar.php?exemplar=125>>.

SRSG (1999). UNMIK/REG/1999/1 - *On the authority of the interim administration in Kosovo* [em linha]. 15 de Julho de 1999 [referência de 15 de Janeiro de 2011]. Disponível em: <http://www.unmikonline.org/regulations/1999/re99_01.pdf>.

SRSG (2001). *Constitutional Framework for Provisional Self-Government in Kosovo* [em linha]. 15 de Maio de 2001 [referência de 15 de Janeiro de 2011]. Disponível em: <http://www.unmikonline.org/pub/misc/FrameworkPocket_ENG_Dec2002.pdf>.

SUPREMO TRIBUNAL DO CANADÁ (1998). *Re Secession of Quebec* [em linha]. 20 de Agosto de 1998 [referência de 15 de Janeiro de 2011]. Disponível em: <<http://scc.lexum.org/en/1998/1998scr2-217/1998scr2-217.html>>.

THEU, Bright (2009). *The law of self-determination (secession in prespective): way forward after Kosovo and Southern Sudan* [em linha]. 30 de Outubro de 2009 [referência de 19 de Fevereiro de 2011]. Tese desenvolvida para obtenção do grau académico de “*Masters of Laws*”, Universidade de Pretória, África do Sul. Disponível em: <<http://www.up.ac.za/dspace/bitstream/2263/14018/1/theu.pdf>>.

TIJ (2008). *The General Assembly of the United Nations requests an advisory opinion from the Court on the unilateral declaration of independence of Kosovo - Press Release: No. 2008/34* [em linha]. 10 de Outubro de 2008 [referência de 28 de Outubro de 2010]. Disponível em: <<http://www.icj-cij.org/docket/files/141/14797.pdf>>.



TIJ (2010a). *Accordance with international law of the unilateral declaration of independence in respect of Kosovo - Sumamry: No. 2010/02* [em linha]. 22 de Julho de 2010 [referência de 28 de Outubro de 2010]. Disponível em: <<http://www.icj-cij.org/docket/files/141/16010.pdf>>.

TIJ (2010b). *Accordance with international law of the unilateral declaration of independence in respect of Kosovo. No. 141* [em linha]. 22 de Julho de 2010 [referência de 28 de Outubro de 2010]. Disponível em: < <http://www.icj-cij.org/docket/files/141/15987.pdf>>.

TROIKA (2007). *Report of the EU/US/Russia Troika no Kosovo* [em linha]. 4 de Dezembro de 2007 [referência de 11 de Dezembro de 2010]. Disponível em: <<http://www.ico-kos.org/pdf/Report%20of%20the%20EU-US-Russia%20Troika%20on%20Kosovo.pdf>>.

TSF (2009). *Geórgia deixa oficialmente Comunidade dos Estados Independentes* [em linha]. 17 de Agosto de 2009 [referência de 15 de Fevereiro de 2011]. Disponível em: <http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Internacional/Interior.aspx?content_id=1337930>.

UNDP (2010). Mitrovic, *Public Opinion Survey* [em linha]. Novembro de 2010 [referência de 12 de Janeiro de 2011]. Disponível em: <<http://www.ks.undp.org/repository/docs/Anglisht.pdf>>.

UNDP/USAID (2010). *Fast Facts - Early Warning Report* [em linha]. Março de 2010 [referência de 12 de Janeiro de 2011]. Disponível em: <http://www.ks.undp.org/repository/docs/Fast_Facts_27_ENGEditedFinal-1.pdf>.

UNDP/USAID (2010a). *Early Warning Report 28* [em linha]. Agosto de 2010 [referência de 12 de Janeiro de 2011]. Disponível em: <http://www.ks.undp.org/repository/docs/EWR_eng_web-opt.pdf>.

US CENSUS BUREAU (2011). *Internacional Data Base* [em linha]. 11 de Janeiro de 2011 [referência de 28 de Dezembro de 2010]. Disponível em: <<http://www.census.gov/ipc/www/idb/country.php>>.



USAID (2008). *Kosovo Economic Performance Assessment* [em linha]. Maio de 2008 [referência de 20 de Janeiro de 2011]. Disponível em: < http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PNADL767.pdf >.

USAID (2010). *USAID/Kosovo Strategic Plan 2010-2014* [em linha]. 20 de Maio de 2010 [referência de 20 de Março de 2011]. Disponível em: <http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PDACQ298.pdf>.

VALLE, Alexandre del (2001). *Guerras contra a Europa. Bosnia, Kosovo, Chechénia....*Lisboa: Hugin Editores.

VIDMAR, Jure (2009). Vanderbilt Journal Of Transnational Law, Vol 42:779. *International Legal Responses to Kosovo's Declaration of Independence Kosovo* [em linha]. [referência de 20 de Dezembro de 2010]. Disponível em: <<http://law.vanderbilt.edu/publications>>.

VIDMAR, Jure (2010). *The Kosovo Opinion and General International Law: How Far-reaching and Controversial is the ICJ's Reasoning?* [em linha]. 11 de Outubro de 2010 [referência de 8 de Fevereiro de 2011]. Disponível em: <http://www.haguejusticeportal.net/Docs/Commentaries%20PDF/Vidmar_Kosovo_Note_EN.pdf>.

WELLER, Marc (2008). *Chaillot paper - Negotiating the final status of Kosovo*. Paris: Institute for Security Studies.

WILDE, Ralph (2008). *Independence, Recognition and International Law*. In CHATHAM HOUSE (2008). *Kosovo: International Law and Recognition* [em linha]. 22 de Abril de 2008 [referência de 15 de Dezembro de 2010]. Disponível em: < http://www.chathamhouse.org.uk/files/11547_il220408.pdf >.

WOEHREL, Steven (2010). *Kosovo: Current Issues and U.S. Policy. EUA: Congressional Research Service* [em linha]. 12 de Abril de 2010 [referência de 19 de Dezembro de 2010]. Disponível em: <<http://www.fas.org/sgp/crs/row/RS21721.pdf>>.



WOLFF, Stefan (2010). *Does the Advisory Opinion of the International Court of Justice on Kosovo's Declaration of Independence Resolve Anything?* [em linha]. 25 de Julho de 2010 [referência de 19 de Dezembro de 2010]. Disponível em: <<http://www.e-ir.info/?p=4680>>.

WORLD BANK (2007). *Kosovo Poverty Assessment - Report No. 39737-XK* [em linha]. 03 de Outubro de 2007 [referência de 15 de Janeiro de 2011]. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/INTKOSOVO/Country%20Home/21541686/KosovoPAvol1.pdf>>.

WORLD BANK (2009). *Kosovo Joins World Bank Group Institutions* [em linha]. 29 de Junho de 2009 [referência de 29 de Janeiro de 2011]. Disponível em: <<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/COUNTRIES/ECAEXT/0,,contentMDK:22230081~menuPK:258604~pagePK:2865106~piPK:2865128~theSitePK:258599,00.html>>.

WORLD BANK (2010). Country Brief 2010 [em linha]. Outubro de 2010 [referência de 28 de Dezembro de 2010]. Disponível em: <<http://web.worldbank.org/wbsite/external/countries/ecaext/kosovoextn/0,contentmdk:20629286~menupk:297777~pagepk:141137~pipk:141127~thesitepk:297770,00.html#econ>>.

YANNIS, Alexandros (2004). Global Governance 10. *The UN as Government in Kosovo* [em linha]. [referência de 20 de Dezembro de 2010]. Disponível em: <<http://bankbiztonsag.muhaha.hu/anemy/szakdolgozat/ebsco%20janu%c1r/kinyomtatva/12408513.pdf>>.

IESM, 29 de Abril de 2011

O aluno do CEMC

Adalberto José Guerreiro da Silva Centenico

Maj Eng



ANEXO A

Enquadramento



Enquadramento

O Kosovo é considerado pelos sérvios como o berço da sua nação e é encarado pelos albaneses kosovares como parte da dispersa nação albanesa (Rodrigues, 2008:061). Estas divergentes apreciações são regularmente apresentadas, por ambas as partes, como um dos factores históricos que lhes permite reclamar a posse e o controlo do território. Contudo, a verdadeira história da província teve pouco impacte nos acontecimentos que levaram a NATO a intervir militarmente em 1999 (Mockaitis, 2004:5).

Os kosovares albaneses têm vindo a lutar pela sua independência desde há mais de um século (LACI, 2009:10). No período em que o Marechal Tito liderava a região, os kosovares dispunham de uma assinalável condição de auto-governo. O estatuto autonómico da província que, desde 1946, com a instauração do regime comunista, se tornou uma região autónoma da Sérvia, viria a ser consideravelmente alargado em 1963, em 1969 e, principalmente em 1974, na sequência da aprovação da nova Constituição, tornando-se o Kosovo, de facto, um Estado dentro de outro Estado. Um professor albanês da Universidade de Pristina defendeu, em 1981, que não existia uma única minoria nacional que tenha alcançado os direitos de que desfrutavam os albaneses na Jugoslávia (RFJ) socialista (Chomsky, 2001:45). Estes albaneses eram precisamente os que ocupavam a província do Kosovo.

A morte de Tito, em 1980, viria a despoletar um processo de contínua perda de autonomia que, na sequência de diversas decisões político-administrativas aplicadas pelo governo liderado por Slobodan Milosevic, culminaria com a sua efectiva anulação. O Kosovo voltava novamente a ficar sob controlo directo e apertado da Sérvia, tendo o regresso às disposições legais do período posterior à II Guerra Mundial sofrido uma forte oposição por parte dos albaneses kosovares (Chomsky, 2001: 45 – 46) que, ao longo dos anos subsequentes, tentaram criar condições para reaver o seu nível de autonomia.

A luta pelo reaver da autonomia perdida viria a atingir o seu auge em 1991, quando o parlamento kosovar, reunido clandestinamente, aprovou o surgimento da República do Kosovo. Iniciava-se então a criação de uma estrutura política paralela (IHS Global Limited, 2010:30).

Mais tarde, na sequência das declarações de independência da Eslovénia e da Croácia, em 1993, o parlamento “sombra” do Kosovo viria a proclamar a independência da



região (IHS Global Limited, 2010:30), tendo Ibrahim Rugova sido eleito “Presidente” da nova “República”. Contudo aquela declaração viria a ter um eco quase nulo na comunidade internacional, uma vez que apenas a Albânia viria a reconhecer a autoproclamada República.

Pouco convicta da linha mais pacifista de Rugova, uma facção mais radical dos kosovares albaneses começa, em 1997, a desenvolver um processo de insurreição armada em oposição ao governo servo-jugoslavo. Este movimento era designado por Exército de Libertação do Kosovo (UÇK). As acções de guerrilha daquele movimento viriam a fomentar o aumento da pressão sérvia sobre a população, passando as notícias sobre violação dos direitos humanos na região a serem uma constante. Esta situação viria a levar a questão do Kosovo para as agendas internacionais.

Em virtude do insucesso da comunidade internacional em encontrar uma solução pacífica para a situação, e face à grave situação humanitária existente no território²⁰, bem como ao receio de que o conflito se propagasse a outros países destabilizando a região, a NATO viria, em 1999, a efectuar um bombardeamento de 78 dias contra a Sérvia. As forças sérvias retiravam-se do Kosovo em Junho de 1999, deixando livre o caminho para a entrada de forças da NATO na região (CRS, 2008: 2).

A projecção de forças da NATO e o assumir da administração do território por parte da ONU²¹ marcavam o início de um período de negociações e de receios internacionais: negociações, conduzidas no sentido de se encontrar uma solução consensual para o estatuto final do território; receios, sustentados no efeito que a possível solução encontrada para o Kosovo pudesse vir a ter no sistema internacional.

No quadro das diversas tentativas em encontrar uma solução para o estatuto final da região, o Enviado Especial do Secretário-Geral da ONU para o Kosovo, Martti Ahtisaari, viria a apresentar uma proposta de solução²², na qual recomendava que o Kosovo se tornasse um Estado independente e soberano, seguindo-se um período de supervisão pela comunidade internacional (Martin, 2008).

²⁰ O Conselho de Segurança da ONU assume, na sua Resolução S/RES/1244, de 10 de Junho de 1999 (aprovada por todos os membros, à excepção da China, que se absteve), que se encontra “... *determinado a resolver a situação de grave crise humanitária no Kosovo...*”, condenando ainda todos os “...*actos de violência contra a população do Kosovo bem como todos os actos terroristas cometidos por qualquer uma das partes.*”.

²¹ Implementada no quadro da Resolução S/RES/1244, de 10 de Junho de 1999 do Conselho de Segurança da ONU, de 10 de Junho de 1999.

²² *Comprehensive Proposal for the Kosovo Status Settlement*, normalmente designada por Plano Ahtisaari.



Uma vez mais, as tentativas da comunidade internacional para encontrar um patamar de entendimento revelaram-se infrutíferas. Belgrado continuava a exigir uma solução em que a autonomia do Kosovo se exercesse no quadro da soberania Sérvia, enquanto Pristina se recusava a aceitar um compromisso que não contemplasse a total independência.

É neste quadro que o dia 17 de Fevereiro de 2008 marca um ponto de viragem na longínqua história do Kosovo. A região, pela voz dos seus líderes, eleitos no quadro da administração internacional do território e apoiados por relevantes actores da comunidade internacional, declara a sua independência unilateral da Sérvia, país ao qual tinha vindo a pertencer enquanto província. Surgia assim a autoproclamada República do Kosovo. ~

Após nove anos de administração do território por parte da ONU, o Kosovo, na perspectiva dos kosovares-albaneses e dos Estados que o reconheceram internacionalmente, tinha finalmente o seu estatuto definido. Este encontrava-se formalmente pendente de definição desde 1999, altura em que a Resolução 1244 foi aprovada pelo CSNU.

Este facto viria a gerar enorme controvérsia, essencialmente no plano político e jurídico, bem como diversas opiniões e perspectivas sobre o futuro do novo estado. Aliás, a este propósito, e quando questionado sobre a possibilidade de Portugal vir a reconhecer o Kosovo enquanto Estado independente, o Presidente da República de Portugal defendeu que “...todas as situações de declaração unilateral de independência dão lugar a grandes preocupações...” assumindo, por isso, que Portugal não deve tomar qualquer atitude que seja precipitada (Silva, 2008).

No sentido de perceber a visão que algumas personalidades nacionais e internacionais têm relativamente à nova República, importa fazer uma breve revisão de contextualização de algumas das ideias publicamente expressas.

Barack Obama, ainda na qualidade de candidato a Presidente dos EUA pronunciava-se sobre a independência do Kosovo, revelando estar “... convencido que com o apoio [dos EUA], a Sérvia e o Kosovo podem emergir como modelos de crescimento democrático e económico, podendo a sua população vir a conhecer um futuro brilhante.” (Obama, 2008).

Também o Major-General Raul Cunha, ex-Chefe dos Oficiais de Ligação Militares no Kosovo e ex-Conselheiro Militar do Representante Especial do Secretário-Geral das



Nações Unidas no Kosovo entre 2005/2009, se pronunciou por diversas vezes sobre a situação no Kosovo. Em 2008, no dia da DUIK, defendia que o Kosovo necessitava de um forte investimento da comunidade internacional, bem como de uma mudança de mentalidades que permitisse o respeito pelas minorias étnicas sendo que, sobre este último elemento, o Major-General Cunha levanta algumas dúvidas que venha a ser conseguido (Cunha, 2008a). Posteriormente, em Outubro de 2008, quando existia algum cepticismo da comunidade internacional quanto à viabilidade da independência do Kosovo²³, o Major-General Raul Cunha vai um pouco mais longe na sua avaliação da situação, considerando que o Kosovo apresenta diversos sinais que o identificam como um “estado falhado” (Cunha, 2008b).

Passados mais de dois anos sobre a independência do Kosovo, o antigo Conselheiro Militar do Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas no Kosovo continua a assumir que “*Como uma solução de longo prazo o corrente conjunto de circunstâncias não é viável*”, defendendo que “... o governo do Kosovo e os seus Conselheiros têm de continuar a procurar uma solução a longo prazo que garanta a paz e a prosperidade...”, sendo que, segundo o Major-General Cunha, só existem três possibilidades: “*partição [do Norte]; reintegração pacífica; ou reintegração forçada.*” (Cunha, 2010).

A DUIK suscitou também uma análise por parte do Embaixador José Cutileiro. Três dias antes da Declaração, o Embaixador Cutileiro defendia que “...os sérvios não têm autoridade moral para continuarem a governar o Kosovo mas, simultaneamente o Kosovo é parte da Sérvia e da história da Sérvia.”. Reforça ainda que “o Kosovo não tem viabilidade nenhuma” e que “... o processo relativo ao Kosovo é uma grande embrulhada e que há muito que entrou num trilho que só pode acabar mal”. Identifica ainda a região como um foco perigoso de criminalidade (Cutileiro, 2008a). No dia da DUIK, o Embaixador Cutileiro volta a expressar a sua visão pouco optimista sobre a situação vivida no Kosovo, afirmando que a União Europeia não se deveria ter assumido como “*encarregada de educação de um pequeno aluno que, obviamente, não tem vocação para o que quer fazer*” (Cutileiro, 2008b).

Mais recentemente, o Kosovo foi admitido como membro, quer do FMI, quer do Banco Mundial (BM). Na cerimónia formal de adesão, a 29 de Junho de 2009, o Presidente

²³ Avaliação efectuada pelo jornalista ao introduzir a entrevista do Major-General Raul Cunha.



do Banco Mundial, Robert B. Zoellick, congratulava-se pelo “...assinalável progresso na reconstrução e na transição política do Kosovo desde 1999, tendo uma recuperação mais rápida que o expectável, bem como uma performance económica positiva...” (World Bank, 2009).

Já em 2010, a *United States Agency for International Development* (USAID), no seu Plano Estratégico 2010-2014 para o Kosovo, apresenta uma avaliação muito positiva do desempenho e da evolução do autoproclamado Estado independente, referindo que “...começando do zero, o Kosovo é hoje um Estado funcional, com um governo funcional e com uma sociedade que está com um crescimento mais forte e mais auto-confiante...” (USAID, 2010:3).

Numa visão mais próxima da realidade diária, o Brigadeiro-General Marco Serronha, actual *Deputy Commander* da KFOR, defende que “...existe uma realidade irreversível que é um Kosovo independente. Outra questão reside numa outra realidade que seja a existência dum estado sustentável e moderno que não se torne num estado falhado, no centro dos Balcãs.”. Acrescenta ainda que “...a população kosovar, na sua maioria, lutou longos anos pela sua independência política e, agora que a conseguiu, não vai desistir dela. E a Sérvia sabe disso.”. Neste contexto, entende o Brigadeiro-General que resta “...exigir às lideranças políticas do Kosovo a capacidade de liderar o povo kosovar na construção do Estado, com o apoio da comunidade internacional.” (Serronha, 2011).

Da mesma forma, a Professora Teresa Cierco defende que a independência do Kosovo é um facto irreversível. Segundo a Professora de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade da Beira Interior, a grande questão que neste momento se coloca é a de como “...evitar que o Kosovo seja um Estado falhado que não controla o seu próprio território, permitindo o alastrar de perigos e ameaças à Europa, como é o caso do crime organizado.” (Cierco, 2011).

É neste contexto que a comunidade internacional vê a actual República do Kosovo. Por um lado, como uma situação ainda indefinida e que poderá ter que ser redefinida para que se possa tornar viável e sustentável e, por outro, como um facto consumado para o qual a comunidade internacional terá que encontrar soluções que possibilitem a sua viabilidade e estabilidade.



ANEXO B

Declaração Unilateral de Independência do Kosovo



Kosovo Declaration of Independence²⁴

Convened in an extraordinary meeting on February 17, 2008, in Pristina, the capital of Kosovo,

Answering the call of the people to build a society that honours human dignity and affirms the pride and purpose of its citizens,

Committed to confront the painful legacy of the recent past in a spirit of reconciliation and forgiveness,

Dedicated to protecting, promoting and honouring the diversity of our people,

Reaffirming our wish to become fully integrated into the Euro-Atlantic family of democracies,

Observing that Kosovo is a special case arising from Yugoslavia's nonconsensual breakup and is not a precedent for any other situation,

Recalling the years of strife and violence in Kosovo, that disturbed the conscience of all civilized people,

Grateful that in 1999 the world intervened, thereby removing Belgrade's governance over Kosovo and placing Kosovo under United Nations interim administration,

Proud that Kosovo has since developed functional, multi-ethnic institutions of democracy that express freely the will of our citizens,

Recalling the years of internationally-sponsored negotiations between Belgrade and Pristina over the question of our future political status,

Regretting that no mutually-acceptable status outcome was possible, in spite of the good-faith engagement of our leaders,

Confirming that the recommendations of UN Special Envoy Martti Ahtisaari provide Kosovo with a comprehensive framework for its future development and are in line with the highest European standards of human rights and good governance,

²⁴ DUIK, 2008.



Determined to see our status resolved in order to give our people clarity about their future, move beyond the conflicts of the past and realize the full democratic potential of our society,

Honouring all the men and women who made great sacrifices to build a better future for Kosovo,

1. We, the democratically-elected leaders of our people, hereby declare Kosovo to be an independent and sovereign state. This declaration reflects the will of our people and it is in full accordance with the recommendations of UN Special Envoy Marti Ahtisaari and his Comprehensive Proposal for the Kosovo Status Settlement.
2. We declare Kosovo to be a democratic, secular and multi-ethnic republic, guided by the principles of non-discrimination and equal protection under the law. We shall protect and promote the rights of all communities in Kosovo and create the conditions necessary for their effective participation in political and decision-making processes.
3. We accept fully the obligations for Kosovo contained in the Ahtisaari Plan, and welcome the framework it proposes to guide Kosovo in the years ahead. We shall implement in full those obligations including through priority adoption of the legislation included in its Annex XII, particularly those that protect and promote the rights of communities and their members.
4. We shall adopt as soon as possible a Constitution that enshrines our commitment to respect the human rights and fundamental freedoms of all our citizens, particularly as defined by the European Convention on Human Rights. The Constitution shall incorporate all relevant principles of the Ahtisaari Plan and be adopted through a democratic and deliberative process.
5. We welcome the international community's continued support of our democratic development through international presences established in Kosovo on the basis of UN Security Council resolution 1244 (1999). We invite and welcome an international civilian presence to supervise our implementation of the Ahtisaari Plan, and a European Union-led rule of law mission. We also invite and welcome the North Atlantic Treaty Organization to retain the leadership role of the international military presence in Kosovo and to implement responsibilities assigned to it under UN Security Council resolution 1244 (1999) and the Ahtisaari Plan, until such time as Kosovo



institutions are capable of assuming these responsibilities. We shall cooperate fully with these presences to ensure Kosovo's future peace, prosperity and stability.

6. For reasons of culture, geography and history, we believe our future lies with the European family. We therefore declare our intention to take all steps necessary to facilitate full membership in the European Union as soon as feasible and implement the reforms required for European and Euro-Atlantic integration.
7. We express our deep gratitude to the United Nations for the work it has done to help us recover and rebuild from war and build institutions of democracy. We are committed to working constructively with the United Nations as it continues its work in the period ahead.
8. With independence comes the duty of responsible membership in the international community. We accept fully this duty and shall abide by the principles of the United Nations Charter, the Helsinki Final Act, other acts of the Organization on Security and Cooperation in Europe, and the international legal obligations and principles of international comity that mark the relations among states. Kosovo shall have its international borders as set forth in Annex VIII of the Ahtisaari Plan, and shall fully respect the sovereignty and territorial integrity of all our neighbors. Kosovo shall also refrain from the threat or use of force in any manner inconsistent with the purposes of the United Nations.
9. We hereby undertake the international obligations of Kosovo, including those concluded on our behalf by the United Nations Interim Administration Mission in Kosovo (UNMIK) and treaty and other obligations of the former Socialist Federal Republic of Yugoslavia to which we are bound as a former constituent part, including the Vienna Conventions on diplomatic and consular relations. We shall cooperate fully with the International Criminal Tribunal for the Former Yugoslavia. We intend to seek membership in international organizations, in which Kosovo shall seek to contribute to the pursuit of international peace and stability.
10. Kosovo declares its commitment to peace and stability in our region of southeast Europe. Our independence brings to an end the process of Yugoslavia's violent dissolution. While this process has been a painful one, we shall work tirelessly to contribute to a reconciliation that would allow southeast Europe to move beyond the conflicts of our past and forge new links of regional cooperation. We shall therefore work together with our neighbours to advance a common European future.



11. We express, in particular, our desire to establish good relations with all our neighbours, including the Republic of Serbia with whom we have deep historical, commercial and social ties that we seek to develop further in the near future. We shall continue our efforts to contribute to relations of friendship and cooperation with the Republic of Serbia, while promoting reconciliation among our people.
12. We hereby affirm, clearly, specifically, and irrevocably, that Kosovo shall be legally bound to comply with the provisions contained in this Declaration, including, especially, the obligations for it under the Ahtisaari Plan. In all of these matters, we shall act consistent with principles of international law and resolutions of the Security Council of the United Nations, including resolution 1244 (1999). We declare publicly that all states are entitled to rely upon this declaration, and appeal to them to extend to us their support and friendship.



ANEXO C

Países que reconheceram a República do Kosovo

(actualizado a 29 de Abril de 2011)



























Países que reconheceram a República do Kosovo

























(atualizado a 29 de Abril de 2011)

	Costa Rica	17FEV2008
	Estados Unidos	18FEV2008
	França (EU)	18FEV2008
	Afeganistão	18FEV2008
	Albânia	18FEV2008
	Turquia	18FEV2008
	Reino Unido (EU)	18FEV2008
	Austrália	19FEV2008
	Senegal	19FEV2008
	Alemanha (EU)	20FEV2008
	Letónia (EU)	20FEV2008
	Dinamarca (EU)	21FEV2008
	Estónia (EU)	21FEV2008
	Itália (EU)	21FEV2008
	Luxemburgo (EU)	21FEV2008
	Peru	22FEV2008
	Bélgica (EU)	24FEV2008
	Polónia (EU)	26FEV2008
	Suíça	27FEV2008
	Áustria (EU)	27FEV2008
	Irlanda (EU)	29FEV2008
	Suécia (EU)	04MAR2008
	Holanda (EU)	04MAR2008
	Islândia	05MAR2008



	Eslovénia (EU)	05MAR2008
	Finlândia (EU)	07MAR2008
	Japão	18MAR2008
	Canada	18MAR2008
	Mónaco	19MAR2008
	Hungria (EU)	19MAR2008
	Croácia	19MAR2008
	Bulgária (EU)	20MAR2008
	Liechtenstein	25MAR2008
	Coreia do Sul	28MAR2008
	Noruega	28MAR2008
	Ilhas Marshall	17ABR2008
	Nauru	23ABR2008
	Burkina Faso	24ABR2008
	Lituânia (EU)	06MAI2008
	San Marino	11MAI2008
	República Checa (EU)	21MAI2008
	Libéria	30MAI2008
	Serra Leoa	13JUN2008
	Colômbia	06AGO2008
	Belize	07AGO2008
	Malta (EU)	21AGO2008
	Samoa	15SET2008
	Portugal (EU)	07OUT2008
	Montenegro	09OUT2008
	Macedónia	09OUT2008
	Emirados Árabes Unidos	14OUT2008



	Malásia	30OUT2008
	Micronésia	05DEZ2008
	Panamá	16JAN2009
	Maldivas	19FEV2009
	Palau	06MAR2009
	Gâmbia	07ABR2009
	Arábia Saudita	20ABR2009
	Comoros	14MAI2009
	Bahrein	19MAI2009
	Jordânia	08JUL2009
	República Dominicana	11JUL2009
	Nova Zelândia	11NOV2009
	Malawi	16DEZ2009
	Mauritânia	12JAN2010
	Suazilândia	12ABR2010
	Vanuatu	28ABR2010
	Djibuti	12MAI2010
	Somália	19MAI2010
	Honduras	03SET2010
	Kiribati	21OUT2010
	Tuvalu	18NOV2010
	Qatar	04JAN2011
	Guiné-Bissau	14JAN2011
	Oman	04FEV2011